



Administração - 2015



AS FERRAMENTAS PARA GESTÃO DE ESTOQUES E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS INSTITUIÇÕES

Ano: 2015

Curso: Administração

Aluno(a): Manassés Félix de Sousa

Orientador(a): Alexandre Augusto de Oliveira Reis

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo mostrar os benefícios de uma administração de materiais concisa, utilizando modelos e ferramentas em gestão de estoque. O modelo ou ferramenta a ser utilizado pelas entidades, trarão respostas mais rápidas, objetivando um retorno para a gestão através da quantidade precisa de estoque, principalmente com inventários analíticos e físicos, observando o estoque ocioso e consequentemente materiais extraviados devido uma má gestão do almoxarifado e controle do recebimento, trazendo à tona a importância de uma gestão eficaz em controle.

Palavras-chave: Administração de materiais. Inventários. Estoque.



ESTUDO DE CASO: A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE ESTOQUE PARA EMPRESA HAVAN

Ano: 2015

Curso: Administração

Aluno(a): Tallyta Carolina da Silva

Orientador(a): Alexandre Augusto de Oliveira Reis

Resumo: Nos últimos anos vários setores dentro das empresas merecem uma análise mais profissional, inclusive o setor de estoque. A empresa, tendo um controle de estoque eficiente, poderá ter uma vantagem competitiva, e consequentemente isso acarretará lucros. A gestão de estoques se propõe a obter um diferencial competitivo, sustentável, através de uma satisfação contínua de clientes e da excelência de resultados, a partir da otimização da integração e eficiência dos processos de controle de estoque. Este trabalho visa mostrar os principais meios de controle de estoques, a função dos estoques e seus objetivos, e também o fator de compras que está diretamente ligado ao controle de estoque.

Palavras-chave: Estoque. Controle de estoque. Compras.

ESTUDO DE CASO: A IMPORTÂNCIA DO TRADE MARKETING PARA A EMPRESA BRASIL KIRIN (UNIDADE DF)

Ano: 2015

Curso: Administração

Aluno(a): Gustavo Roberto Pires de Almeida

Orientador(a): Alexandre Augusto de Oliveira Reis

Resumo: Morales (2000) cita que o *Trade Marketing* surgiu para direcionar e colaborar com as tarefas de marketing e vendas, ambas com um principal objetivo: satisfazer as necessidades dos consumidores e dos clientes varejistas. É a união entre as vendas e o marketing, com o intuito de conceber um trabalho conjunto em prol de um benefício comum: maximizar as vendas, continuamente e com lucros.

O *Trade Marketing* atua diretamente com uma marca ou produto, capacitando as forças de vendas dentro do ponto de venda, preparando o varejo para cumprir as exigências e expectativas do mercado consumidor, buscando conhecer ao máximo o produto ou serviço oferecido. A estratégia de *trade marketing* busca conduzir o aperfeiçoamento das relações entre fabricantes e os canais de venda, pois com um mercado em constante mudança e cada vez mais exigente e complexo, as empresas devem buscar a lucratividade por meio das vantagens competitivas. E essas mudanças ocorridas direcionam as empresas a buscarem uma maior participação no mercado em que estão presentes, utilizando as ferramentas que estão à disposição, como o *Trade Marketing*, que possui a capacidade de desenvolver padrões comerciais que asseguram a relação entre indústria e distribuidores, buscando a maximização dos resultados e vendas dos produtos para os consumidores finais.

Diante deste contexto, o objetivo do trabalho em questão é uma pesquisa bibliográfica para explorar a importância do *Trade Marketing* para a empresa Brasil Kirin.

Palavras-chave: *Trade marketing*. Mercado. Cliente. Varejo. Consumidores.



Ciências Contábeis - 2015

A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO DE ICMS COMO FORMA DE MAJORAR O RESULTADO DA EMPRESA

Ano: 2015

Curso: Ciências Contábeis

Aluno(a): Rodrigo da Mata de Souza

Orientador(a): Anderson Carlos da Silva

Resumo: A carga tributária no Brasil é apontada como um dos principais entraves ao crescimento econômico e à competitividade dos produtos



brasileiros no mercado internacional. O ICMS desponta como um dos principais tributos que impactam sobre a fabricação e circulação de mercadorias e serviços. Existem estratégias de gestão capazes de diminuir o impacto da carga tributária sobre as empresas. Uma dessas estratégias é aproveitar os créditos de ICMS. O objetivo geral da pesquisa é identificar as alternativas para aproveitamento dos créditos de ICMS em benefício da empresa, bem como analisar o impacto da carga tributária, identificar alternativas para reduzir o impacto da carga tributária e apontar a importância da gestão tributária para a competitividade de uma empresa. Observa-se que o aproveitamento do crédito de ICMS esbarra na falta de organização e planejamento das empresas, principalmente na deficiência da escrituração contábil, o que é apontado pela revisão bibliográfica, utilizada como metodologia de pesquisa.

Palavras-chave: Impostos. Contabilidade. Gestão. Profissionalismo. Planejamento.



A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO EMPRESARIAL

Ano: 2015

Curso: Ciências Contábeis

Aluno(a): Sarah Vieira da Silva

Orientador(a): Alexandre Augusto O. Reis

Resumo: No Atual cenário mundial as empresas percebem cada vez mais a necessidade de desenvolver técnicas administrativas que auxiliem na tomada de decisões, com maior agilidade diminuindo a margem de erros que poderá interferir nos resultados futuros da organização. O presente trabalho consiste em estudar e apresentar a influência e a importância da controladoria para o crescimento e desenvolvimento da empresa. A controladoria tem por finalidade facilitar a tomada de decisão através de informações seguras e confiáveis, permitindo assim uma eficácia nos resultados por meio da definição de um modelo de informação baseado no modelo de gestão, atua também em todas as áreas da organização coletando informações e auxiliando para as tomadas de decisões. Ela utiliza-se de algumas ferramentas como planejamento, orçamento, execução, controle, medida corretiva e avaliação de desempenho.

Palavras-chave: Controladoria. Ferramentas de Controladoria. Gestão.



MEDIAÇÃO, CORTES DE CONCILIAÇÃO, ARBITRAGEM E O PROFISSIONAL DE CONTABILIDADE.

Ano: 2015
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Darliene Ferreira de Moraes
Orientador(a): Alexandre Reis



Resumo: A presente monografia visa tratar sobre Mediação, cortes de conciliação arbitragem e o profissional de contabilidade. A arbitragem não é novidade, como instrumento de solução de conflitos. O objeto do litígio está plenamente delimitado na Lei nº 9.307, de 1996, ou seja, somente pode ser objeto de arbitragem conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. O artigo 1º é claro e não dá margem a qualquer dúvida. As partes poderão escolher, com ampla liberdade, a forma pela qual se realizará a arbitragem, segundo determinação do artigo 2º da Lei de Arbitragem - L de A (Lei nº 9.307/96), in verbis: A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes. A arbitragem, conquanto ainda rejeitada por alguns juristas e ponderável rápido e fácil de solução dos conflitos, graças à elevada especialização e aos conhecimentos dos julgadores. É uma forma alternativa de composição entre as partes, por meio da intervenção de terceiro indicado por eles e gozando da absoluta confiança de ambas. Com a assinatura da cláusula compromissória ou de compromisso arbitral, a arbitragem assume o caráter obrigatório e a sentença força judicial.

Palavras-chave: Conflitos. Soluções. Mediação. Arbitragem.



ATUAÇÃO DA AUDITORIA EXTERNA NO BRASIL

Ano: 2015
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Grazielle Moreira de Jesus
Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo geral mostrar a atuação da auditoria externa no Brasil. A Contabilidade ao longo de sua história passou por uma grande evolução, primeiramente conhecida como guarda Livros, depois reconhecida como uma Ciência social. Do qual resultou no primeiro passo para o surgimento da auditoria, que pertence à ramificação da contabilidade e assume um papel indispensável no mercado econômico mundial. Foram abordados o surgimento da auditoria externa no Brasil, a importância da auditoria externa no meio empresarial, que é uma técnica que proporciona grandes vantagens. A metodologia utilizada neste trabalho compreendeu pesquisa bibliográfica, que relata o surgimento da auditoria, sua origem e evolução da auditoria, conceitos, os tipos de auditoria existente, auditoria em entidades e setores específicos, nível de preocupação com os controles internos e diferença entre auditoria independente e auditoria interna, vantagens e desvantagens da auditoria suas finalidades e papéis de trabalhos. Compreender o que está citado acima é importante para entendermos a importância da auditoria externa, portanto propõe-se nesse trabalho mostrar a importância da auditoria externa no mundo empresarial, trazendo credibilidade e maior acerto nas tomadas de decisões.

Palavras-chave: Auditoria. Empresas. Ramificação e Compreender.





CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: COMO REDUZIR IMPOSTOS

Ano: 2015
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): João Alves de Faria
Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: Esse trabalho começa apresentando o que é carga tributária e demonstrando a divisão dos tributos no sistema tributário brasileiro dentro da esfera federal, e o quanto é onerosa à carga tributária brasileira. Tendo como objetivo a redução do elevado custo tributário a que são submetidas às empresas, que são sempre induzidas as praticas de ações ilícitas e sonegação tributária. A intenção deste trabalho é responder a seguinte pergunta: A necessidade de planejamento tributário nas empresas brasileiras? Expondo o conceito de planejamento tributários e como é importante se planejar a fim de maximizar os lucros das empresas por diminuição do custo tributário sem a ação de atos ilícitos.

Palavras-chave: Carga Tributária. Planejamento Tributário. Redução de Tributos.



AUDITORIA: FATOR COMPETITIVO DENTRO DAS MICRO E PEQUENA EMPRESAS

Ano: 2015
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Cleidiane da Silva Cunha
Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: O surgimento e evolução da auditoria estão relacionados com o desenvolvimento econômico das empresas juntamente com as necessidades de seus investidores, devido a continua expansão do mercado e o acirramento da concorrência estão cada vez mais preocupados em aprimorar os controles e procedimentos internos. Para o desenvolvimento de tal estudo, foram escolhidos alguns autores e obras a fim de extrair dados e pensamentos que complementem e confirmem o tema escolhido para estudo, extraídos os dados necessários a elaboração do projeto, com base nestes dados fora defendido o tema. Uma análise reflexiva que relata a importância da auditoria dentro da micro e pequena empresa visando à necessidade de se promover auditorias periódicas que possa mostrar possíveis desvios de condutas gerados pela movimentação de uma organização.

Palavras-chave: Auditoria. Desenvolvimento. Importância. Organização.



A IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DOS CUSTOS NO PROCESSO INDUSTRIAL



Ano: 2015
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Érika Alves Bueno
Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: Diante de uma enorme concorrência em um mundo globalizado, as indústrias passaram a ter a necessidade de se adaptarem conforme as exigências do mercado, com o objetivo de atenderem aos seus consumidores. Para isto, os métodos de informação do custo são gerados por meio de planilhas detalhadas e rápidas para os diversos níveis gerenciais da indústria. Por meio de relatórios e interpretações dos gastos em relação às operações analisadas, identificando e mostrando detalhadamente os custos de produtos a serem fabricados e vendidos. Esses relatórios devem mensurar os custos industriais, bem como: Custos Diretos, Indiretos, Fixos, Variáveis e Mistos, com a finalidade de mensurar a importância em apontá-los, identificando cada um deles, com o objetivo de planejar uma forma de reduzir os custos e manter um controle eficaz contínuo, evitando futuros custos desnecessários para a indústria, e consequentemente maximizando os lucros.

Palavras-chave: Apuração dos Custos na Indústria. Controle de Custos. Tomada de Decisão.



A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Ano: 2015
Curso: Ciências Contábeis
Aluno(a): Daniel Augusto Bittencourt Boaventura
Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: Com um mundo globalizado, o avanço tecnológico e a posição de destaque do Brasil no cenário econômico e social, a contabilidade ocupa papel de grande importância, exigindo melhor preparação dos profissionais contábeis. Assim, este trabalho tem o objetivo de desenvolver um estudo bibliográfico da profissão contábil, desde as origens até as suas conquistas atuais, descrevendo a história da contabilidade e sua evolução, assim como a evolução do profissional contábil e sua importância na economia brasileira, caracterizando a sua formação, seu campo de atuação, e os órgãos fiscalizadores da classe. Conclui-se, com os dados elencados neste trabalho que a presença da contabilidade já se fazia notar no Brasil desde o início da sua colonização, passando por grandes transformações até os dias atuais, exigindo do profissional contábil adequação frente aos novos desafios de um mercado altamente competitivo, pelo advento do avanço tecnológico e a internacionalização da economia.

Palavras-chave: Contabilidade, Contador e Profissão Contábil.



A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA DENTRO DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Ano: 2015

Curso: Ciências Contábeis

Aluno(a): Darlan Júnior Vieira

Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: Este trabalho demonstrará as principais vertentes da auditoria interna nas instituições públicas, assim como suas aplicações dentro da esfera de controle da organização e de que forma acontece a auditoria interna, apontando os pontos positivos e satisfatórios alcançados por esta adoção administrativa, como sendo uma forma eficiente e contínua nos processuais administrativos, procurando reduzir os riscos e fraudes provenientes de uma má gestão, proporcionando maior credibilidade ao controle interno através da auditoria, trazendo em seu bojo informações consistentes e precisas à respeito das demonstrações e relatórios apresentados, tornando consolidada as decisões tomadas pela gestão. A metodologia empregada é a bibliográfica, apresentando diversos autores com suas contextualizações a respeito do assunto, bem como pesquisas contemporâneas de web site, onde são apresentadas ao público como uma ferramenta confiável, trazendo a real situação econômica-financeira da entidade pública.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Implicações. Informações. Entidades Públicas.



A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE RURAL PARA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DENTRO DA PROPRIEDADES RURAIS

Ano: 2015

Curso: Ciências Contábeis

Aluno(a): Ana Paula do Nascimento Silva

Orientador(a): Alexandre Reis Augusto O. Reis

Resumo: No Brasil, a empresa rural e o agronegócio tem sua evolução contábil tardia e os conhecimentos sobre as técnicas de contabilidade rural estão sendo difundidos entre os agricultores com maior ênfase, nas últimas décadas. Portanto, o empresário rural necessita conhecer e de apossar dos conceitos e técnicas ligadas a contabilidade rural com rapidez e levando em conta o cenário competitivo do mercado empresarial sob qualquer ramo de negócio. Assim, é necessário que o produtor rural entenda-se como um empresário e veja sua propriedade como uma empresa, a fim de poder manter-se competitivo e lucrativo para melhor gerir sua atividade rural.

Palavras-chave: Agronegócio. Contabilidade Rural.



Direito - 2015



ALIENAÇÃO PARENTAL NO EXERCÍCIO DA GUARDA COMPATILHADA

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Cleire Vieira de Moura Vilela

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho busca esclarecer a alienação parental, sua origem, formas e danos causados à prole, quando os dos conjugues se divorciam, já que muitas vezes ao final da separação só resta rancores, capazes de estragar de forma cabal os laços de afetividade na família. O poder familiar antes do exercido apenas por quando dos conjugues quando na separação de fato, hoje a tendência é aproximar a/o filho cada vez mais de ambos os pais. A Lei cuida de tratar sobre a Alienação Parental bem como a Guarda Compartilhada, sendo que essa modalidade de guarda, é trazida na doutrina e na jurisprudência, como meio eficaz de dirimir os conflitos e danos causados pela alienação parental, pautando-se sempre nos princípios norteadores do Direito de Família, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Palavras-chave: Poder Familiar. Alienação Parental. Guarda Compartilhada.



SUSPENSÃO DO FORNECIMENTOS DE ÁGUA POTÁVEL AOS CONSUMIDORES INADIMPLENTES: ANÁLISE JURÍDICA

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Alexandre Teixeira Righy

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso versa sobre a interrupção do fornecimento de água potável aos consumidores inadimplentes e suas problematizações. A discussão sobre a possibilidade de interrupção do fornecimento do bem essencial à vida sobre os consumidores inadimplentes, teve como objetivo discutir a controvertida questão acerca da constitucionalidade no corte do fornecimento de água potável em razão do inadimplemento do consumidor. Para tanto, estudou-se a água, sua importância e sua regulamentação legislativa e as relações jurídicas entre



consumidor e a empresa concessionária; analisando a água e sua ligação com o direito à vida e à saúde e a dignidade da pessoa humana, além de identificação do entendimento jurisprudenciais favoráveis e contrários à prática da suspensão do fornecimento. O problema analisado foi: a suspensão do fornecimento de água potável aos consumidores inadimplentes e suas problematizações. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica em doutrinas, jurisprudências, revistas e artigos disponíveis na internet. Conclui-se que a suspensão do fornecimento de água potável em si, em razão da inadimplência do consumidor, não caracteriza, uma inconstitucionalidade. O que precisa ser analisado é a situação em que a suspensão ocorre.

Palavras-chave: Direito do Consumidor. Água. Serviço Público. Inadimplência.



A FAMÍLIA EM LITÍGIO: NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E ALIENAÇÃO PARENTAL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Lucianna Alves Villaça

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: Esta pesquisa parte da reflexão sobre a possibilidade de uma mudança de direção na atuação dos profissionais do Direito frente ao comportamento de pais que transformam a sua separação em litígios intermináveis. Faz parte desse tipo de litígio a Alienação Parental, fenômeno em que os genitores buscam denegrir um ao outro utilizando, em geral, os filhos como objeto da sua vingança. Na intenção de estudar este fenômeno que vem adquirindo projeção gigantesca na atualidade, buscou-se traçar um histórico sobre o direito de família no Brasil e principais institutos referenciados aos filhos, como filiação, a autoridade parental, a guarda e o direito convivencial. Também se promoveu o estudo sobre as formas de acesso ao Poder Judiciário, já que se verifica a possibilidade de exacerbação em sua utilização, levando a uma judicialização da família. Surge então como sugestão a uma melhoria na composição dos conflitos a utilização da mediação familiar. Através do manuseio de ações judiciais os adultos podem dar vazão, como questão de fundo, ao desejo de vingar. Consolidando os litígios judiciais e emocionais, envolvem cada vez mais o ex-par e os filhos. O fenômeno merece, portanto, investigação particularizada a ser realizada através de uma abordagem interdisciplinar entre o Direito e a Psicanálise. Esta relação permite aos profissionais do Direito uma leitura diferenciada da família, auxiliando a inibir a construção da figura do ex-genitor. Amparado na teoria psicanalítica, o profissional do Direito poderá ampliar a sua atuação através do exercício da mediação em conflitos familiares, como se propõe na pesquisa, de forma que as decisões judiciais sejam medidas efetivas não apenas à satisfação da atividade jurisdicional, mas da real função de composição dos conflitos.

Palavras-chave: Direito. Psicanálise. Famílias. Mediação. Alienação



**ANTECIPAÇÃO DA TUTELA COMPARADA AO NOVO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL BRASILEIRO (LEI Nº 13,105, DE 16 DE MARÇO DE
2015)**

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): José Donizete dos Santos

Orientador(a): Rodrigo Antonio Calixto Mello

Resumo: A Tutela Antecipada é um Instrumento de grande valor e repercussão dentro do sistema processual Civil Brasileiro pois a parte requerente tem seu direito material protegido diante de grave ameaça e perigo de dano irreparável.

As Tutelas Satisfativas dentro do Novo Código de Processo Civil com a inovação da Tutela de Urgência e a Tutela da Evidência faz com que a parte requerente seja com mais rapidez seja satisfeita diante de sua reclamação, sem contudo ferir os Princípios Constitucionais.

A parte requerente tem seu direito material resguardado quando pleiteado por esse instrumento legal.

Finalmente após tais considerações, veremos como o tema vem sendo tratado no Novo Código de Processo Civil Brasileiro.

Palavras-chave: -----***-----



**EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: REFLEXOS
PARA O SUPERENDIVIDAMENTO**

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Luciana Batista dos Santos

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: Esta monografia é o resultado de um estudo sobre “Empréstimos bancários nas relações de consumo e os reflexos para o superendividamento”. Veremos inicialmente as características mais comuns da sociedade de consumo bem como as consequências da globalização e os reflexos do excesso de ofertas em produtos e serviços colocados no mercado, além das facilidades por parte de financiamentos bancários para obtenção desses bens, atentando as responsabilidades civis dispostas no Código de Defesa do Consumidor para o consumidor superendividado. Em seguida, serão discutidos os contratos bancários com foco no superendividamento causados pelos altos juros, taxas e alíquotas dentro dessa relação de consumo. Por fim, serão discutidas situações que ajudam na prevenção contra o superendividamento e suas possíveis

soluções.



Palavras-chave: Sociedade de Consumo. Contratos bancários. Superendividamento.



O MARKETING MULTINÍVEL E SEUS PRECEITOS LEGAIS

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Wellika Camila Dias Soares

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: Este trabalho de conclusão de curso estuda os aspectos legais que diferenciam o Marketing Multinível (MMN) de outros tipos de atividades que se constituem em fraude contra o sistema financeiro e a população em geral, como é o caso mais conhecido da Pirâmide Financeira. O objetivo principal do trabalho é definir o MMN em sua diferença legal com práticas financeiras criminosas que constituem o enriquecimento ilícito e implicam a lavagem posterior do dinheiro como fruto indevido. É importante que se discuta a diferença referida entre as duas espécies de atividades, uma lícita a outra ilícita, para que possa dar bases legais ao MMN mais definidas e conseguir prevenir ou punir adequadamente práticas como as da Pirâmides Financeira. A pesquisa serviu-se de uma revisão bibliográfica para responder os questionamentos propostos alcançando seus objetivos. Como resultado a pesquisa obteve que há diversas e relevantes diferenças entre o MMN e a Pirâmide Financeira, sendo a principal dela que o primeiro oferece um produto e um serviço ao consumidor e o segundo um convite de investimento sem fundo definido e seguro de retorno.

Palavras-chave: Marketing Multinível (MMN). Pirâmide Financeira. Direito Econômico. Enriquecimento Ilícito.



GUARDA COMPATILHADA E ANÁLISE DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Fábio Dourado

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O presente trabalho busca esclarecimentos a respeito da fixação da guarda compartilhada que em qualquer caso, o juiz, deve observar o bem estar dos menores, levando em conta a relação de afinidade que os ligas ao guardião. Digo guardião, pois não há de se falar da mãe ou do pai, visto que estes estão iguais em direitos e deveres, pelo artigo 226 e artigo 5º da Constituição Federal. Lembrando que esta guarda deve ser exercida, única e exclusivamente para satisfazer os interesses do menor. Visando esse



interesse for menor, leva os Tribunais a propor a guarda compartilhada ou conjunta. Há os que defendem ser plenamente possível essa divisão de atribuições ao pai e a mãe. Porém, manter a guarda morando em locais separados não será fácil, pois a essência da guarda compartilhada é o compromisso dos pais de cooperar com o outro nas decisões. A guarda compartilhada não significa alteração da pensão alimentícia ou local de moradia. E no que diz respeito o direito de visita, este poderá ser dispensado quando se acorda pela guarda compartilhada. O modelo de guarda trata os pais de forma igualitária. Atribui a ambos os genitores os mesmos direitos e deveres, que é de guardar seus filhos, conservando seus direitos e obrigações em relação a eles, planejando como lhes convém a guarda física e esquema de visitas.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Fixação da Guarda Compartilhada. Juiz. Tribunais.



INVENTÁRIO EXTRAJUDIAL EM UMA ABORDAGEM DE SUAS NOTÁVEIS CONTROVÉRSIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAS

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Thiago de Oliveira Dias

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho busca esclarecimento a respeito da possibilidade de realizar o inventário pela via administrativa, advento trazido pela lei 11.441 de 2007 que alterou dispositivos do Código de Processo Civil. O tema da pesquisa está inserido no âmbito de Direito Civil, mais especificadamente na área das sucessões, que trata do estudo da sucessão patrimonial, ou seja, a transferência do patrimônio do *de cujus* aos herdeiros, que em virtude da temática escolhida, se dará pela via extrajudicial. Finalmente, o presente trabalho busca conduzir o leitor de encontro a informação das peculiaridades, características e demais aspectos dessa não tão recente, mas ainda pouco difundida modificação na possibilidade de se inventariar.

Palavras-chave: Direito das Sucessões. Inventário. Extrajudicial. Sucessão Pela Via Administrativa. Lei 11.441/07.



TRABALHO ESCRAVO NO MEIO RURAL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Wanda Lúcia Gomes Dutra

Orientador(a): Rodrigo Antonio Calixto Mello

Resumo: Desenvolvido a partir do tema “Trabalho escravo no meio rural”, o objetivo geral desse trabalho foi de analisar criticamente a existência de casos de trabalho escravo no meio rural brasileira como um contraditório ao tratamento constitucional e infraconstitucional. Os objetivos específicos da pesquisa foram: delinear o percurso histórico do trabalho escravo no Brasil; apresentar e comentar o tratamento dispensado pela legislação brasileira a questão do trabalho escravo; analisar casos concretos de trabalho escravo no meio rural veiculados pela mídia e o posicionamento judiciário evidenciado na jurisprudência. Trata-se de um tema socialmente relevante por meio do qual busca-se destacar que o trabalho escravo não se refere somente ao trabalho em que o empregado não é remunerado. Refere-se também ao trabalho em que o empregado que recebe menos do que lhe é devido. Assim procurou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e legislação pátria, produzir uma análise reflexiva acerca da existência de formas camufladas de trabalho escravo no meio rural na sociedade brasileira, situação que mesmo diante o tratamento penal existente no Código Penal persiste. Acerca dos dados obtidos por meio do estudo é válido destacar que a Lei Áurea foi o marco legal da escravidão convencional no Brasil, a saber, aquela em que os negros eram trazidos da África e vendidos como mercadorias, para que os proprietários de terras explorassem sua mão de obra de forma “gratuita”. Contudo, é possível afirmar com base na pesquisa que a escravidão não acabou até a atualidade, visto que ainda há pessoas trabalhando em condições degradantes e em jornadas exaustivas, fato que ocorre preponderantemente no meio rural. O Estado tem direcionado ações para o controle desse crime, mais em decorrência de infraestrutura técnica e humana ainda não consegue conter a ocorrência em sua integralidade e erradicá-la.

Palavras-chave: Escravidão. Rural. Legislação. Liberdade. Dignidade



A EFICÁCIA VERTICAL DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS E A SUA APLICABILIDADE

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Uedimar Oliveira da Costa

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O constituinte de 1988 inseriu no art. 5.º, §1.º da Lei Fundamental um inovador e importante dispositivo, estabelecendo que “As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”. Contudo, nos últimos vinte anos, as interpretações doutrinárias conferidas a essa disposição constitucional foram múltiplas, havendo, de uma lado, uma diferença quanto às especificidades dos direitos fundamentais, engendrando acentuadas confusões com a teoria da aplicabilidade das normas constitucionais em geral e, de outro, equivocadas associações automáticas entre determinado grau de aplicabilidade das normas definidoras de direitos

fundamentais e a classificação de tais direitos como direitos de defesa e direitos a prestações . O presente estudo consiste numa breve investigação acerca do significado e alcance do princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, insculpido no art. 5.º, 1º da CF. Problematicando a polêmica discussão acerca da aplicabilidade de tais direitos, buscar-se á demonstrar que todos os direitos fundamentais podem demandar regulamentação infraconstitucional para produzirem seus efeitos, não se restringindo aos direitos fundamentais prestacionais, ou aos direitos previstos em normas constitucionais entendidas como normas de eficácia limitada, como pretende grande parte doutrina. No entanto, isso não significa dizer que esse processo de densificação da disposições constitucionais definidoras de direito fundamentais que detêm um caráter abstrato tenha de ser necessariamente realizada através da expedição de normas pelo legislador e pela Administração Pública. Pelo contrário, por força do princípio da aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais, a sua concretização constitui um dever dirigido a todos os órgãos do Estado, inclusive ao Poder Judiciário,

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Aplicabilidade imediata. Constituição Federal de 1988.



Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Mateus Corrêa da Silva

Orientador(a): Antônio Calixto Mello

Resumo: Esta pesquisa trata sobre a Usucapião e suas espécies evidenciando os aspectos principais de cada uma destas e as exigências em cada ação. Serão apresentados os princípios básicos para caracterização de usucapião e as definições de propriedade, posse e boa-fé como elementos essenciais. Na pesquisas,serão evidenciadas as causas impeditivas a ação de usucapião bem como os aspectos inerentes a aplicabilidade ou não desta ação e bens públicos além de destacar uma ação de usucapião real.

Palavras-chave: Usucapião. Boa-Fé. Posse. Prosperidade.



**ANÁLISE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIÂNIA, ESTADO DE GOIÁS E A
EFICÁCIA DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA NA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988**

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Laura Penha Silva



Resumo: Este trabalho aborda o âmbito do processo administrativo disciplinar. Sendo que o direito, diante de um processo administrativo disciplinar, tem a doutrina uma fonte de grande relevância, uma vez que os ensinamentos dos doutrinadores são fontes de saber que auxiliam a interpretar eventuais divergências, bem como suprir espaços legais. No entanto a doutrina é imensamente importante para subsidiar o processo Administrativo, cedendo assim uma fundamentação teórica diante do julgamento do mesmo. Dando suportes legais e meios de grandes entendimentos não só os atos do executivo mais também, os do legislativo e do Judiciário, praticando como atividades paralelas e instrumental das que lhe são específicas e predominantes, isto, é, a de legislação e a jurisdição. Percebe-se que os princípios básicos da administração pública estão consubstanciados em doze regras de observância permanente e obrigatória: Legalidade, Moralidade, Impessoalidade ou finalidade, Publicidade, Eficiência, Razoabilidade, Proporcionalidade, Ampla Defesa, Contraditório, Segurança, Jurídica, Motivação e Supremacia do Interesse Público.

Palavras-chave: Processo Administrativo. Direito. Servidor Público. Ampla Defesa. Constituição Federal de 1988.



RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO NO ENFOQUE DO ATUAL SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Bruna Daniele e Silva

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo o estudo do Direito Penal e do Direito de Execução Penal no que tange a ressocialização do apenado frente ao cumprimento da pena restritiva de liberdade. Tendo em vista que, verifica-se em nossa legislação que a execução penal tem por objetivo, além da efetivação da sentença, a ressocialização do apenado com fito sua futura reinserção à sociedade. Analisando-se para tanto a evolução do Direito Penal e da pena em si, verificando-se qual finalidade em cada contexto histórico até a atualidade, bem como a Lei de Execução Penal brasileira. Demonstra-se que embora a legislação pátria possua o escopo da ressocialização, não se tem conseguido atingir tal propósito com eficiência. Isso devido à inércia do Poder Públicos frente aos problemas ocorrentes no sistema prisional com o descumprimento ou cumprimento parcial da Lei de Execução Penal, bem como da Constituição Federal. Para tanto, contextualizamos a crise no sistema prisional brasileiro e sua ineficiência do tratamento penal em ressocialização do preso, sendo ela a última e mais importantes fase deste processo.

Palavras-chave: Prisão. Pena. Ressocialização. Execução Penal.

DELAÇÃO PREMIADA CRIME DE CORRUPÇÃO NA OPERAÇÃO LAVA-JATO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Clovis Pereira de Souza

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O objeto de estudo do trabalho apresentando nas laudas a seguir é a delação premiada, cuja análise reflexiva teve como âmago a investigação da política federal denominada “Operação Lava Jato”, por meio da qual veio a tona, ações criminosas de corruptos e corruptores em especial nas finanças da Petrobras. Trata-se de um tema, muito comentado na atualidade em especial pelos meios de comunicação de massa, o que justifica o interesse pela pesquisa. O objetivo geral da pesquisa foi analisar criticamente o crime de corrupção tendo como base a notícias relativas a “Operação Lava Jato”, para se compreender a efetividade e a importância do instituto da delação premiada. Os objetivos específicos foram: Apresentar o conceito e o delineamento do percurso histórico da delação premiada no Brasil; Realizar uma análise reflexiva acerca do crime de corrupção no Brasil. O método empregado foi o bibliográfico, consolidando por meio da leitura e análise de livros, artigos científicos disponíveis em meio eletrônico, bem como através da análise da legislação pátria que aborda a temática. Entre os principais dados obtidos pela pesquisa, é válido salientar que a delação premiada consiste em uma estratégia de investigação, por meio da qual oferece-se a vantagem da redução da pena a um acusado, em casos raros até o perdão judicial, tendo em vista que o mesmo atue de forma favorável para o desmantelamento do grupo criminoso, conforme tem ocorrido na Operação Lava Jato. Trata-se de um instituto que não possui uma legislação norteadora própria, sendo contemplado em várias leis esparsas, tendo se iniciado na Lei do Crimes Hediondos. A delação premiada divide opiniões de doutrinadores, mais apesar desse fato é inquestionável sua contribuição para apuração de crimes que tem afetado a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. Delação Premiada. Corrupção.

DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA: DO INQUÉRITO POLICIAL AOS ASPECTOS PROCESSUAIS PENAI

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Jefferson Mendes Santana

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso tem o propósito em



estudo, explana a aplicação da lei Maria da Penha; do inquérito policial aos aspectos processuais penais, que encontra como uma medida de proteção à mulher, cível e criminalmente, de violência doméstica e familiar. Trata, ainda, da criação do diploma legal apresentando, o motivo pela sua criação e sua origens históricas. E de acordo com a lei 11.340 de 2006, trata dos principais aspectos da violência doméstica contra a mulher. E trazendo uma análise sobre os aspectos processuais e suas competências como de jurisdição, de criar os Juizados, a funcional, razão da pessoa e competência do tribunal do júri. E finalizando com a ação penal, sobre a necessidade ou não de representação no crimes de violência doméstica.

Palavras-chave: Violência Doméstica. Lei Maria da Penha. Ação Penal.



A FALÊNCIA DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Samara Cristina Messias Silva

Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo demonstrar as aflições existentes na fase final do Direito penal, e os possíveis instrumentos que podem ser utilizados pelo Estado e pela sociedade para preservar a dignidade de todos os detentos que atualmente fazem parte do Sistema Penitenciário Nacional. Outrossim, tem como propósito discutir as causas da falência dos presídios brasileiros e suas respectivas soluções a partir de um ponto de vista prático teórico. Através de uma abordagem sistemática sobre a evolução dos sistema prisional, utilizando um método de procedimentos científico histórico, uma vez que as influências do passado contribuíram significativamente para a falência do mesmo. Destarte, mesmo entendendo que a atual situação dos presídios está anárquica, e exista a urgente necessidade de o Estado investir no Sistema Prisional e de leis eficazes para o combate ao crime organizado nas prisões, é crucial que as políticas de educação, aprendizagem e formação profissional façam parte do processo de reinserção do preso, medidas assim, são importantes para reabilitação do apenado, principalmente no que diz respeito a sua dignidade. A prisão não pode ser encarada como forma de castigo, deve-se oferecer aos detentos meios que possibilitem os mesmos serem reintegrantes com maior efetividade.

Palavras-chave: Falência. Sistema Prisional. Ressocialização. Dignidade.



A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DE COBRANÇA DE PEDÁGIO NO BRASIL

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Márcio Oliveira da Silva
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O presente trabalho tem por objeto pesquisar o tratamento jurídico dado ao pedágio pelo ordenamento jurídico nacional. Destacam-se os seguintes aspectos: a natureza jurídica desta exigência analisando se tratasse de tarifa ou taxa apresentando os respectivos regimes jurídicos; análise frente ao direito fundamental de locomoção; diante das premissas analisadas, interpretar o Art. 150, V CF que autoriza a cobrança do pedágio e indicar as possíveis conclusões diante desta opção que tem se tornado alternativa muito usada pelos governos brasileiros após a CF/88 e criticada pelos usuários de vias públicas em que há o serviço público de conservação de vias públicas onde não há vias alternativas.

Palavras-chave: Pedágio. Natureza Jurídica. Direito Fundamental de Locomoção. Via Alternativa.



CRIMES CIBERNÉTICOS E AS CONSEQUÊNCIAS NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Thiago Marinho de Souza
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O trabalho apresentado nas laudas a seguir é composto de uma reflexão acerca dos crimes cibernéticos em face da inexistência de uma legislação norteadora própria capaz de regular as relações estabelecidas por meio as tecnologias da informação e da comunicação, em especial a internet. Delimitou-se como objetivo geral, pesquisar sobre crimes cibernéticos e seus reflexos nas relações contratuais. Os objetivos específicos do estudo foram: Discutir sobre a definição de crimes cibernéticos e como legislação penal brasileira tipifica esses crimes; Discorrer sobre as noções gerais dos contratos e as peculiaridades do contrato eletrônicos a luz do ordenamento jurídico; Analisar as consequências dos crimes cibernéticos nas relações contratuais, além de abordar a responsabilização civil e criminal diante destas situações específicos. O desenvolvimento da pesquisa teve como base o método bibliográfico ou de compilação, consolidado por meio da leitura e reflexão de materiais já elaborado tais como livros, artigos científicos e a legislação pátria. Em relação aos dados obtidos por meio do estudo é válido salientar que contrato eletrônico nada mais é que a relação jurídica estabelecida entre duas ou mais pessoas, seja física ou jurídica, tendo em vista bens e/ou serviços, a cercam dos quais incidem os mesmo requisitos de validade dos contratos tradicionais pela forma como se consolidaram, ou seja, pelo empregado meio eletrônico, em especial a internet. Evidenciou-se que até o momento não existe uma legislação própria para os contratos eletrônicos, sendo aplicada

comumente pela jurisprudência os aspectos cabíveis da legislação pátria existentes e aplicáveis aos contratos de forma geral, mais especificadamente as previsões constantes no Código Civil de 2002 - Lei nº.10.406 de 10 de janeiro de 2002, o Código de Defesa do Consumidor - Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 e o Código Penal - Decreto Lei nº. 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

Palavras-chave: Internet. Contratos. Crimes. Legislação.



A RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO-GERENTE NO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Alessandra Alves de Oliveira

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto de Mello

Resumo: O presente Trabalho de conclusão de curso versa sobre a responsabilidade tributária do sócio-gerente de sociedades de responsabilidade limitada ao aplicar o artigo 135, inciso III do Código Tributário Nacional. Um estudo sobre a personalidade jurídica demonstrando seus tipos reconhecidos pelo Código Civil, em principal a sociedade de Responsabilidade Limitada, pois seus sócios terão sua responsabilidade limitada no contrato social. Uma abordagem também no Direito Tributário, conceituando o fato gerador e na linha cronológica a obrigação tributária e os tipos de responsabilidade tributária admitindo em lei. E por final um estudo sobre a desconsideração da sociedade empresária e a aplicação do redirecionamento da execução fiscal. O problema analisado foi o tipo de responsabilidade tributária que o STJ adota em seus julgamentos. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica em doutrinas, revistas e artigos disponíveis na internet. A conclusão deste trabalho é que sócio-gerente ao agir com dolo e dissolvendo irregularmente a sociedade empresária, ele pode ocupar junto com a empresa o polo passivo as execução fiscal. Respondendo de forma subjetiva e solidária.

Palavras-chave: Responsabilidade Tributária, Sócio-Gerente. Dissolução Irregular.



A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI DO ABATE DE AERONAVES REGULAMENTADA PELO DECRETO Nº5.144, DE 16 DE JULHO DE 2004

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Carlos Eduardo de Melo

Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: A proposta de estudo realizada nessa monografia é de analisar a



possível inconstitucionalidade da Lei do Abate de Aeronave (Lei nº 9.614/98) regulamentada pelo Decreto 5.144/04, que alterou o artigo 303 do código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565/86), autorizando o abate de aeronaves que venham a ser consideradas como hostis dentro do espaço aéreo brasileiro. A permissão do abate de aeronave hostil, concedida pela Lei nº 9.614/98, estaria contrariando vários princípios constitucionais. Uma vez que, com a morte dos ocupantes da aeronave, estaria sendo ignorada a proibição da pena de morte no Brasil em tempo de paz, a proteção à vida, a dignidade da pessoa humana, a presunção de unicência, entre outros. O tema em comento deve ser tratado de uma forma bastante criteriosa, afinal trata-se de possíveis violações à princípios constitucionais. Além da violação a tais princípios, o maior bem tutelado pelo direito brasileiro, a vida está a um passo de ser banalizado. Uma vez que a Lei do Abate está contrariando princípios básicos ao considerar que uma pessoa pode ser morta, simplesmente por ser tratada como “*persona non grata*”, uma vez que, pressupõe-se ser um traficante. A possibilidade de se condenar uma pessoa à morte de uma forma errônea deve ser tratada de uma forma mais prudente. O que é mais temerário: um traficante vivo ou inocente morto? Esse e outros questionamentos devem ser feitos ao analisar a referida Lei. O referido estudo tem o objetivo de analisar os preceitos constitucionais do Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004, que regulamentou a Lei 9.614/98. A lei em comento surgiu com o intuito de propiciar uma maior autonomia ao Órgão responsável pela defesa do espaço aéreo brasileiro, Força Aérea Brasileira (FAB). A FAB exerce os mecanismos de proteção, através de seu contingente, permanecendo em vigilância diuturnamente, aguardando um possível acionamento. A vigilância supracitada se materializa através do SIVAN (Sistema de Vigilância da Amazônia), que tem como finalidade o controle da Amazônia Legal, que compreende a Região Norte do Brasil, o estado do Mato Grosso e parte do estado do Maranhão. Este Sistema tem o objetivo de alcançar um antigo anseio das Forças Armadas, cujo desejo era o monitoramento da região amazônica. A questão conflituosa da lei do abate é encontrar um equilíbrio entre os direitos e garantias fundamentais e a soberania do Estado, que busca a preservação da sua propriedade contra qualquer forma de intervenção que possa prejudicá-la, abrangendo o povo, território e o seu poder soberano.

Palavras-chave: Lei do Abate. Princípios Constitucionais. Inconstitucionalidade. Pena de Morte.



ASSÉDIO MORAL NA RELAÇÕES TRABALHISTAS: CONFIGURAÇÃO, REFLEXOS, CONTROVÉRSIAS DOUTRINÁRIAS

Ano: 2015

Curso: Direito
Aluno(a): João Victor Silva Melo
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho busca esclarecer as configurações e reflexos e controvérsias doutrinárias em se tratando do assédio moral nas relações de trabalho. Discutir sobre a necessidade de melhoria na relação empregando e empregador no amparo da lei, analisando as formas de melhor punir os agressores. Sendo este tema bastante relevante diante das inúmeras situações em que é caracterizado o assédio moral, muito embora, por falta de conhecimento e informações atuais e mais aprofundadas sobre o tema, seja da vítima, seja da população em geral, sobre atitudes preventivas e repressivas e judiciais, pouco se tem observando sua abordagem de maneira mais crítica, esclarecendo seus efeitos, como os danos psíquicos, físicos e à personalidade de assediado, além de prejuízos à própria organização empresarial. Sendo um tema multidisciplinar a envolver sociologia, direito, psicologia, psiquiatria e medicina do trabalho, o assédio moral no trabalho é tão antigo quanto o próprio trabalho.

Palavras-chave: Assédio Moral. Empregado. Empregador.



A REDUÇÃO MAIORIDADE PENAL É (IN)CONSTITUCIONAL, SERIA UMAS MEDIDAS PARA REDUZIR A VIOLÊNCIA

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Célio Santana Martins
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: Esse estudo tem como objetivo discutir as teses contra a redução da maioridade penal no Brasil e sua ineficácia. Explicitar a origem histórica da maioridade penal, demonstrar a diferença entre imputabilidade e inimputabilidade penal, apontar as medidas cabíveis aos adolescentes infratores e mostrar a inviabilidade jurídica de alteração da maioridade penal. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. O trabalho aborda as medidas socioeducativas como meio ou não de ressocializar o menor infrator; a redução da maioridade penal como ato infracionais. A maioria dos autores revelou que não seria interessante que houvesse a redução da maioridade penal como ato inconstitucional; a redução da maioridade penal seria capaz de inibir ou ampliar as práticas de atos infracionais. A maioria dos autores revelou que não seria interessante que houvesse a redução da maioridade penal.

Palavras-chave: Redução da Maioridade Penal. Atos Infracionais.



RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO HOSPITAL POR ERRO MÉDICO



Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Brenner Junqueira de Oliveira
Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: O presente trabalho busca esclarecimentos a respeito da responsabilidade civil objetiva do hospital pelo erro médico no que tange a cirurgias estéticas, onde o médico tem o dever de resultado e não de meio, com base no código civil, código de processo civil, código de defesa do consumidor, doutrinas e jurisprudências, e com o objetivo de levantar o questionamentos sobre a responsabilidade do hospital. O tema da pesquisa está inserido no âmbito de Direito Civil, já que trata de uma relação humana existente entre indivíduos, onde, aquele que causar dano a outrem estará obrigado a indenizar. Assim, discute-se a responsabilidade do hospital se é objetiva ou subjetiva. Finalmente, o presente trabalho procura levar o leitor a formar sua própria opinião a respeito da responsabilidade civil do hospital e a sua consequente obrigação de reparar, ou não, o dano causado quando o resultado obtido não é o mesmo desejado pelo paciente, já que o tema é bastante controverso.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil Objetiva. Erro Médico, Cirurgias Estéticas/Reparadora



APLICAÇÃO DA DELAÇÃO PREMIADA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Cinthia Moreira Rocha
Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: O presente trabalho se propôs em estudar o instituto da delação premiada no combate ao crime organizado. Com o crescimento espantoso do crime organizado, mister se faz, uma análise sobre a evolução história de seu conceito, a formação dessa criminalidade em outros países e no Brasil, ressaltando as principais organizações criminosas nacionais e suas características preponderantes. É nesse panorama, como um instrumento propenso a combater e controlar pelas vias de investigação já existentes, surge, então, no Brasil, bem como, em outros países, o instituto da delação premiada, previsto esparsamente na legislação ordinária nacional, merecendo destaque, a sua previsão na lei 12.850/13, nova lei do crime organizado, atuando como um instrumento especial de combate à esta criminalidade diferenciada. Diante disso, cabe salientar a previsão da delação premiada na lei 12.850/13, inserida no capítulo II: da investigação e do meios de obtenção da prova, em seu artigo 4º, prevendo, em linhas gerais, ao delator a obtenção de benesses processuais podendo até angariar o perdão judicial, desde que tenha efetivamente contribuindo com a investigação e com o processo penal. Entrementes, tal instituto deve ser analisado com base na nossa ordem

constitucional vigente, levando-se em conta princípios penais de proteção ao indivíduo acusado e a defesa dos direitos de toda a coletividade. Desta feita, a pesquisa tem por objetivo analisar a aplicação da delação premiada como meio eficaz de combate à criminalidade organizada e verter sobre as demais questões atreladas ao tema, tendo em vista os efeitos danosos que o crime organizado causa em toda a sociedade, a proteção dos bens jurídicos supra-individuais e a necessidade de se efetivar o *jus puniendi estatal* por meio de instrumentos especiais em face do novo perfil criminoso.

Palavras-chave: Crime Organizado. Delação Premiada.



A PRIVATIZAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Ricardo Silva Garcia

Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: Neste trabalho, mostra como o novo modelo de administração prisional, exercido pela iniciativa privada, é ineficiente. Baseando na obtenção de lucro, tal sistema transforma o detento em matéria-prima industrial, tornando a ressocialização um contra-senso. Além disso, delega a empresas o uso da força – atividades exclusiva e primordial à soberania do estado. Renegando num primeiro momento por órgão e setores da sociedade, o novo modelo de administração prisional é hoje uma realidade em nosso país. O que, no início, seria a terceirização de algumas funções em um presídio (especialmente a hotelaria), hoje se estendeu à administração, à vigilância, à imposição da força, à aplicação da pena, em si. Resultando da falência do Estado em administrar seus presídios, somada à política neoliberal vigente em nosso país, a administração privada caminha em via contrária à evolução histórica só sistema prisional, pois tira das mãos do Estado a exclusividade do *jus puniendi*. Apesar de mais modernos e bem estruturados, os presídios não são garantias de que a ressocialização, principal função do sistema prisional, seja efetivada. Afinal, o preso transforma-se em matéria-prima de uma indústria, item básico da cadeia produtiva que nunca pode faltar. Se não bastasse, há incidências de crimes. O fim da criminalidade representaria o fim do lucro. Tais aspectos, somadas às experiências praticadas em um território nacional, dá a convicção de que a privatização/terceirização não é o melhor caminho para resolvermos a superlotação, os custos excessivos e a dificuldade de ressocialização, principais problemas do sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Direito de Punir. Falência do Sistema Prisional Brasileiro Privatização/Terceirização



O PAPEL DOS MUNICÍPIOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO



Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): SÍRIO MIGUEL ROSA
Orientador(a): Rodrigo Calixto Mello

Resumo: Vivemos em nosso país uma crise de contornos econômicos e políticos, onde suas raízes estão fincadas nas origens do Sistema Federal Brasileiro e para entendê-la se faz necessário compreender como foi concebido o Sistema Federal em nosso País. Outro ponto importante é sem dúvida a promulgação da Constituição em 1988, a qual garantiu a consolidação dos municípios como “entes federados”. Todavia, ao nos aproximarmos dos 30 anos de nossa promulgação constitucional nos deparamos com um quadro de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas, o que nos leva a imaginar a necessidade de uma nova forma de representação política capaz de aproximar cada vez mais as decisões políticas dos nossos entes federativos e por conseguinte de seus cidadãos. Na realização desse trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica como método suficiente e adequado para obter as informações utilizadas.

Palavras-chave: Sistema Federal. Municípios. Cidadãos.



O USO DAS PARCERIAS-PÚBLICO PRIVADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Roney Augusto Nogueira Reis
Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso aborda a implementação de parcerias Público-Privadas entre o Estado e a iniciativa privada na administração de sistemas prisionais. O objetivo deste é analisar o uso deste sistema a luz da nossa legislação vigente e analisando com o Direito Comparado e as experiências já implementadas no Estado de Minas Gerais e os benefícios que poderá ter a ressocialização dos indivíduos que estão em fase de cumprimento de pena.

Palavras-chave: Parcerias Público-Privadas. Poder de Polícia. Ressocialização.



REGIMES DE CASAMENTO NO ENFOQUE DOS REFLEXOS PATRIMONIAIS E DIREITOS SUCESSÓRIOS

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Jéssica Nathalia Alves Ribeiro

Resumo: O presente trabalho busca esclarecer os regimes de casamento no enfoque dos reflexos patrimoniais e direitos sucessórios observando o instituto da união estável, de acordo com os ditames da Constituição Federal e do Código Civil, tem como escopo demonstrar a real situação do companheiro no momento da sucessão, levando em consideração as disposições Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no que diz respeito à união estável vigente tomando por base também o descrito no Código Civil Brasileiro analisando a evolução deste quesito no tocante as leis. Assim, este estudo realiza uma análise quando aos direitos dos cônjuges, no ato sucessório e propõe apontar as alterações na atual legislação com o objetivo de buscar a efetiva aplicação do princípio constitucional da isonomia, permitindo assim alcançar o objetivo um maior, a justiça.

Palavras-chave: Regimes de Casamento. Reflexos Patrimoniais. Direitos Sucessórios.



A INVIOABILIDADE DOMICILIAR E A POSSIBILIDADE DA BUSCA E APREENSÃO DURANTE A NOITE

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Jaqueline Lopes Pereira

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: A inviolabilidade de domicílio é um dos direitos fundamentais mais antigos do mundo e de nossa constituição. Por meio desse direito o indivíduo tem a certeza, quase que absoluta, de que ninguém entrará na sua residência para perturbá-lo. Mas esse direito não é absoluto, pois os direitos fundamentais não o podem ser, porquanto sempre haverá situações na vida social em que os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade vão conferir à lei uma interpretação diferente. Sendo a casa o asilo inviolável do indivíduo, não poderia deixar de discorrer, abordando as exceções e trazendo à baila um tema bastante debatido pelos doutrinadores. No entanto, o direito do indivíduo sobre a inviolabilidade da sua casa se coaduna como direito fundamental de primeira geração, deve, nos casos em que a moral e os bons costumes a permitir, ser mitigado e ser possível o ingresso da polícia e das autoridades competentes na casa ou estabelecimento da pessoa que sobre si ou sobre outrem lastrear suspeitas de crimes ou preparação para execução de crimes nesses locais.

Palavras-chave: Inviolabilidade. Domicílio. Direitos Fundamentais. Estado.





Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Eric Douglas de Oliveira
Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: -----***-----

Palavras-chave: -----***-----



A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Jullyene Sawyk de Siqueira Melo
Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho de pesquisa monográfica faz uma análise sobre a evolução jurisprudencial sobre a aplicação do princípio da insignificância pelo Supremo Tribunal Federal. Para se alcançar o objetivo proposto, foram realizadas pesquisa bibliográficas, além de examinar jurisprudências do Supremo Tribunal de Justiça. Estudando ainda o conceito a origem e sua aplicabilidade, requisitos e outros princípios relacionados com o princípio da insignificância analisando a sua aplicação em determinados delitos.

Palavras-chave: Princípio da Insignificância. Conceito. Supremo Tribunal Federal.



A INELEGIBILIDADE A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E SEUS PRINCÍPIOS

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Antônio Naldir Magalhães
Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho monográfico de conclusão de curso versa sobre a inelegibilidade perante a democracia representativa e seus princípios, tendo em vista o conceito tradicional de democracia (governo do povo, pelo povo e para o povo) e o transcorrer do período eleitoral (Eleições Presidenciais). Desse modo, tem este trabalho, por objetivo geral, analisar o instituto da democracia representativa perante a inelegibilidade dando enfoque nos seus princípios. Assim, a pesquisa se justifica por ser o tema de suma relevância porque, apesar da República Federativa do Brasil constituir-se em Estado



Democrático de Direito, e o poder pertencer ao povo, nos termos do Art; 1º., *caput*, e Parágrafo Único, da Constituição Federal, promulgada em 05 de Outubro de 1988, ou seja, adotamos a democracia representativa, os casos de inelegibilidade constituem exceções à regra do poder exercido pelo povo, haja vista que restringe o exercício do mandato eletivo por alguns do povo. A problematização ao conceito da democracia representativa, como se deu sua evolução histórica no Brasil, o que Justiça Eleitoral e como se dá sua organização no ordenamento jurídico brasileiro. Em seguida, questiona-se como entender a democracia representativa perante a inelegibilidade. Por fim, adota-se, como metodologia, a pesquisa bibliográfica, com a exposição do pensamento de vários autores e jurisprudências sobre o tema em questão, visando o êxito do trabalho.

Palavras-chave: Democracia Representativa. Inelegibilidade.



O ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA DA ADOÇÃO HOMOAfetiva: REFLEXOS PSICOLÓGICOS E ADAPTAÇÃO DO ADOTANDO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Ana Claudia Aun Merhb

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo central apresentar esclarecimentos sobre os direitos e deveres da relação homoafetiva. Visa ainda analisar a evolução normativa da família, a partir da sua concepção histórica até se chegar à instituição familiar constitucionalizada, delinear sobre o desenvolvimento jurídico das relações homoafetivas e definir os fundamentos da união estável e do casamento em uma relação homoafetivo, esclarecendo sobre os direitos e deveres. O relacionamento homoafetivo esta presente na humanidade desde os seus primórdios. Nas civilizações antigas, a homossexualidade era aceita com naturalidade, constituindo, inclusive, importante papel em cerimoniais de iniciação e na transmissão dos conhecimentos por meio das gerações. Mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 que engrandeceu sobremaneira a concepção de família, ainda há grande discriminação quanto às uniões homoafetivas. Metodologicamente, seguiu a linha de pesquisa bibliográfica, tendo como base obras, artigos e dissertações de renomados estudiosos do tema. Na conclusão observou-se que a legislação é pertinente, mas desconhecidas em sua profundidade.

Palavras-chave: Família. União Homoafetiva. Direitos e Deveres.



A SOCIEDADE DE CONSUMO E O SUPERENDIVIDAMENTO MARKETING INTENSO E CRÉDITO FACILITADO

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Hélia Salvina da Costa Monteiro
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho



Resumo: O presente trabalho versa sobre a facilidade de aquisição de crédito no cenário econômico atual, tratando sobre os mecanismos facilitadores de tal aquisição, bem como o marketing violento e suas sedução ao consumidor vulneravelmente hipossuficiente. Caracterizando sociedade de consumo e consumismo, traz evolução histórica com o surgimento da revolução Industrial e neoliberalismo. Este projeto também elenca sobre os contratos bancários e suas características de adesão, em que cabe ao consumidor apenas assinar, pois não há direito de indagar sobre cláusulas ali predeterminadas, trazendo ao foco também as aplicações das taxas de juros, fazendo menção ao anatocismo.

Palavras-chave: Superendividamento. Consumidor. Sociedade. Contrato.



REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Sarah Januário Martins
Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente monográfica discute a maioria penal brasileira, especificadamente a possibilidade jurídica e social da redução para os dezesesseis anos. O estudo requer análise de vários pontos, tais como a busca da história, evolução e legislação vigente, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a lei 8.069/90 Estatuto da Criança e o do Adolescente, Código Civil de 2002, Código Penal Brasileiro de 1984, e outros. A proposta de redução da inimputabilidade penal é sustentada por argumentos frágeis, baseada na comoção social introduzida pela mídia e de alguns parlamentares com objetivos eleitorais. A redução da maioria só anteciparia a violência e a criminalidade, na medida em que distorcem a origem do problema situado na ausência efetiva de Políticas Públicas. Neste trabalho será abordada a discussão a respeito da questão no que tange às suas possibilidades e efeitos e ainda serão abordados os conceitos de imputabilidade. Será feita, ainda uma análise do sistema carcerário e as soluções para diminuir os índices de criminalidade.

O trabalho aqui apresentando visa fazer uma análise criteriosa, bem como mostrar a população que este é um problema também de cunho social onde o Estado tem a obrigação de dar estrutura familiar àqueles menores favorecidos. Ademais, enfatiza a questão da precariedade do nosso sistema prisional e as possíveis consequências da colocação de nossos jovens no mesmo ambiente carcerário de criminosos maiores, constituindo assim uma verdadeira escola do crime.



A IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL FRENTE A AUSÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Híber Gomes de Moraes

Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: O estudo que se apresenta a seguir envolveu o tema “ redução da maioridade penal” e delimitou-se a confrontar a impossibilidade dessa ação frente a ausência de estrutura do Estado para o aumento do número de apenados, tendo em vista um sistema prisional já em colapso, em especial devido a superlotação. Assim o tema escolhido mostra-se socialmente relevante e certamente contribui para a ampliação dos conhecimentos acerca da matéria. O objetivo geral foi analisar a infraestrutura do Estado no âmbito do cumprimento da legislação menorista, relacionando-a com a perspectiva de redução da idade penal. Os objetivos específicos foram: Elencar e discorrer sobre os aspectos que geram o aumento da criminalidade juvenil do Brasil; Confrontar correntes teóricas contrárias e a favor da redução da idade penal; Analisar a capacidade de ressocialização dos presos pela infraestrutura do estado, em fase da atual situação do sistema prisional brasileiro. O método empregado para o desenvolvimento do estudo foi o bibliográfico ou de compilação, que se consolidou por meio da leitura de análise de livros, artigos científicos, bem como da legislação pátria, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Trata-se de uma temática polêmica que divide opiniões entre concorrentes favoráveis e correntes contrárias. No primeiro caso tem-se aqueles mais positivistas que são adaptados de medidas extremas para conter a violência e saciar o clamor da sociedade por mais segurança, tendo em vista que muitos crimes tem sido praticados por jovens com idade inferior a 18 anos. É necessário ressaltar que existem aqueles estudiosos de várias áreas do conhecimento que entendem que a solução para criminalidade não está apenas os infantes, mais de proporcionar-lhes melhores condições sociais, culturais e econômicas, para que o mundo do crime não seja atrativo tendo em vista sua situação de conforto. Para essa ultima corrente, a estadia de jovens no sistema prisional comum pode significar um agravamento da violência, em visto que podem aperfeiçoar nas táticas de práticas criminosas e tornarem-se revoltados em decorrência da situação de opressão e das mazelas, visto que o sistema prisional brasileiro não tem cumprindo o preconizado pela Lei de Execução Penal.

Palavras-chave: Imputabilidade. Infantes. Princípios. Sistema Prisional. Violência.



REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: NUM ENFOQUE DE REDUÇÃO DE INFRAÇÕES

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Marcos Fernandes Lima

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho tem objetivo de analisar a redução da maioridade penal no Brasil como forma de reduzir a criminalidade juvenil, o trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro faz uma abordagem histórica a cerca do tratamento da criança e do adolescente trancando a origem e evolução e princípios regentes da legislação menorista, o segundo capítulo discorre sobre as medidas sócio educativas colocando em xeque se realmente ocorre a ressocialização e reintegração desses menores infratores ao convívio social, por fim o terceiro capítulo discute se acerca a origem e possibilidade de solução da redução da maioridade penal prevista no artigo 228 da Constituição da República Federativa do Brasil de 88 e no artigo 27 do Código Penal. As atuais controvérsias surgidas com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 171/93.

Palavras-chave: Medidas Socioeducativas. Ressocialização. Convívio Social.



O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO E A RESSOCIALIZAÇÃO DO PRESO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): José Kennedy Lopes

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: O objeto de estudo do trabalho apresentado a seguir é o sistema prisional brasileiro, tendo em vista a ressocialização do preso a partir das garantias fixadas pela Lei de Execução Penal. Trata-se de um tema polêmico, que tem recebido atenção da mídia por meio de várias reportagens jornalísticas, o que concomitantemente a uma opção pessoal, levou a escola do tema. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a ressocialização do preso à luz da realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. Os objetivos específicos foram: Descrever a finalidade da pena à luz do Código Penal brasileiro, contratando a teoria com a realidade prática do sistema penitenciário brasileiro; Refletir acerca de um sistema ideal capaz de promover a ressocialização do preso e diminuir os casos de violência; Analisar reportagens envolvendo a realidade do sistema penitenciário brasileiro e relacioná-las com o ação do Estado. No desenvolvimento do trabalho empregou-se método bibliográfico, consolidado por meio da leitura de livros e artigos científicos disponíveis em meio eletrônico, bem como da legislação pátria, com destaque à Lei nº. 7.210 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, o Código Penal Brasileiro. Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940,

bem como a Constituição Federal de 1988. Em relação aos dados obtidos por meio da pesquisa evidencia-se que a LEP assegura vários direitos aos apenados, que não têm sido afetivamente providos pelo sistema prisional, que tem sido marcado pela superlotação e as mais variadas formas de violência. Nesse contexto fica evidente que a teoria da ressocialização do preso não tem sido algo real, por meio de uma prática compatível com a teoria legal.

Palavras-chave: Lei da Execução Penal. Ressocialização. Superlotação. Violência.



CONTRATOS DE ADESÃO E O REFLEXOS PARA O SUPERENDIVIDAMENTO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Paulo Júnior Rodrigues Celestino

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho busca esclarece o instituto dos contratos de adesão como reflexo de uma relação jurídica contratual onerosa pré-estabelecida, explanando ainda o fenômeno jurídico-social do superendividamento como reflexo dos contratos de adesão, segundo uma visão da doutrina civilista e consumista, tendo como escopo demonstrar ainda a real situação do consumidor superendividado, levando em consideração as disposições do Código de Defesa do consumidor e o Código Civil bem como as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no tocante a proteção do consumidor em seu art. 5, XXXII. Assim, este estudo, realiza uma análise da origem, conceito e fundamento legal do superendividamento, e dos direitos do Consumidor superendividado, ou seja, seu amparo legal. Dessa forma, propõe alterações na atual legislação com o fito de buscar a efetiva aplicação do princípio Constitucional da isonomia nas relações de consumo, protegendo o consumidor da força obrigatória dos contratos, permitindo assim, alcançar o objetivo maior, a justiça.

Palavras-chave: Superendividamento. Contratos de Adesão.



ABANDONO AFETIVO O DANO EFETIVO E A RESPONSABILIDADE CIVIL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Tamires Barbosa Saad

Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: Este trabalho tem o intuito de discutir a respeito do Abandono Afetivo nas relações familiares nos dias atuais e onde isso pode estar interferindo na sociedade atual. As relações familiares são referencia como vinculo de afeto, e a ausência desse afeto, o descuido com esse laço parental vem se destacando



no ordenamento jurídico, sendo tema de discussões que foram parar nas mãos de magistrados para ser decidido, já que a obrigação de cuidar vem daquele que devia zelar da criança no mundo, e o que ocorre em alguns casos é que aquele que devia zelar da criança, protegê-la dar amor e carinho, muitas vezes não tem o feito de forma adequada, e isso é de grande preocupação para a sociedade como um todo. O abandono afetivo vem ganhando seu espaço e gerando tamanha repercussão por não ser apenas um dano momentâneo ou de pouca relevância, a ausência de atenção por meio dos pais pode gerar prejuízo para toda a vida, podendo gerar transtornos psicológico graves para a saúde mental do ser humano. E para isso é necessário a compreensão cada vez maior dos membros da sociedade atual, se importando com a qualidade de vida da criança para que ela venha a ser um adulto bom no futuro. Como metodologia foram utilizados estudos bibliográficos de doutrinadores brasileiros, contendo também sites com artigos falando do tema, e jurisprudência favoráveis acerca do tema.

Palavras-chave: Família. Abandono Afetivo. Dano. Responsabilidade.



DESCRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS ILÍCITAS E SEUS IMPACTOS SOCIAIS

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Wesley da Cunha Jasse

Orientador(a): Rodrigo Antonio Calixto Mello

Resumo: Drogas, assunto polêmico em qualquer situação, pois divide opiniões. A tendência maior é sempre enfatizar os perigos: violência, vulnerabilidade para doenças, marginalização, uso e abuso etc.

Legalizar significa liberar o acesso, torna legal o seu uso. Inevitável a discussão quando uma questão tão perturbadora é lançada. Impossível uma resposta imediata à questão, posto que, é necessário pesar os prós e os contras. O trabalho destina-se a mostrar alguns pontos positivos e/ou negativos da legalização em questão, bem como fazer um diagnostico do uso de drogas e da atual situação brasileira. Direita e indiretamente, o uso de drogas vem ligando as vários outros delitos e traz consigo uma série de problemas a várias camadas sociais, sendo um dos grandes problemas da atualidade.

Para o tráfico, os juristas sugeriram mudanças com menos rigor que o tratamento previsto na atual Lei de Drogas (Lei 11.343, de 2006), beneficiando os infratores principalmente no quesito redução da pena e abrandamento no que tange o crime de associação ao tráfico. O crime de tráfico abrange importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender e oferecer drogas ilegais, ainda que gratuitamente. A mesma pena se estende ao cultivo, plantio ou colheita de matéria-prima para a fabricação de drogas.

Quanto ao consumo, pela solução aprovada deixa de haver crime “se o agente adquire, guarda, tem em depósito, transporta ou traz consigo drogas para consumo pessoal”. O mesmo acontecerá em relação a quem, também para consumo pessoal, semear cultivar ou colher plantas destinadas á preparação

de drogas para consumo pessoal.



Palavras-chave: Drogas Ilícitas. Descriminalização. Imputabilidade. Lei de Drogas (Lei 11.343, de 2006).



O DIREITO CONSTITUCIONAL DE NÃO PRODUZIR PROVAS CONTRA SI MESMO: UMA ANÁLISE SOBRE OS TESTE DE ALCOOLEMIA

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Aline Alves de Freitas

Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: O trabalho apresentado nas laudas a seguir teve como objetivo geral, analisar criticamente o direito constitucional de não produzir provas contra si mesmo, tendo em vista os teste de alcoolemia, conforme tratamento introduzido pela Lei nº 11.705 de 19 de junho de 2008. Os objetivos específicos do estudo foram: explicitar os princípios norteadores das provas; Descrever o histórico e a evolução da legislação de trânsito brasileira tendo em vista as leis Lei nº. 11.275 de 7 de fevereiro de 2006 e Lei nº. 11.705, de 19 de junho de 2008; Analisar o princípio *nemo tenetur se deterege* em face da aplicação do teste de aparelho alceolar tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal e corrente doutrinária. Utilizou-se método bibliográfico por meio da análise de livros, artigos científicos e principalmente da legislação pátria que norteia a temática. A justificativa do estudo reside no fato de, haver uma extrema necessidade de compreender as alterações produzidas pela Lei nº. 11.705, de 19 de junho de 2008 podem ser consideradas inconstitucionais, tendo em vista a relatividade do Direito, uma vez que o direito de não produzir provas contra si, requisitados por alguns não pode se constituir em impunidade e desta forma no aumento das práticas que acarretam riscos á vida. Em relação aos dados obtidos é válido destacar que prova é todo instrumento cuja finalidade precípua é convencer o juiz sobre determinados fatos relativos ao processo e sua legitimidade está fundamentada a princípios específicos entre os quais há de se destacar o contraditório e a ampla defesa, bem como o *nemo tenetur se deterege*, que se refere tanto ao direito ao silêncio como de não produzir provas em seus desfavor. Em relação a aplicação dos teste alveolares há correntes diversas. Uma corrente enfatiza que se trata de procedimento inconstitucionais visto que atropela o *nemo tenetur se deterege*, enquanto outra corrente preconiza a necessidade de analisar os princípios norteadores da pena em conjunto, primando-se pela supremacia do interesse público e a proteção á vida. Enquanto não se procede a uma efetiva adequação legal, sujeitos mais informados valem-se do supracitado princípio para escaparem da condenação, mesmo diante da efetiva prática do crime.

Palavras-chave: Trânsito. Prova. Princípios. Bafômetro. Constitucionalidade.

TREDESTINAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Larissa Aguiar Fleury

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho se propôs em estudar o instituto da tredestinação que ocorre na desapropriação. É certo que a desapropriação é um ato pelo qual a lei permite a transferência compulsória da propriedade do particular para o domínio do Estado mediante um pagamento prévio e em dinheiro, tendo como fundamentos constitucionais a verificação da necessidade pública ou utilidade pública e interesse social. Para tanto a desapropriação atinge um dos direitos fundamentais garantindo pela Carta Magna que é o direito à propriedade, para entender como este foi consagrado como um direito fundamental é relevante fazer um estudo sobre a evolução histórica da propriedade. Adiante para maior ênfase ao tema da pesquisa necessário observar os princípios de regem o direito administrativo a fim de realizar a desapropriação e analisar os tipos de desapropriação. Tendo em vista que CF/88 permite que o Estado desapropriar com a finalidade de atingir o interesse público surge à problemática quando este desapropria o bem de um particular e acaba por dar finalidade diversa da pretendida no ato expropriário ou o mesmo transfere a coisa móvel para um terceiro não suprindo os interesses da coletividades, desse modo ocorre e tredestinação que pode ser caracterizada como lícita e ilícita tal tema é de suma importância tendo em vista compreender a ilicitude da tredestinação do bem desapropriados por utilidade pública.

Palavras-chave: Tredestinação. Desapropriação. Utilidade Pública.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Leonardo Mendes Ferreira

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: A responsabilidade civil do Estado está prevista no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, esta responsabilidade é objetiva e será objeto de estudo a responsabilidade estatal extracontratual. Além disso, o conceito de responsabilidade civil está ligado a três elementos essenciais para a caracterização da responsabilidade, ou seja, conduta ilícita ou lícita, dano e nexos causal. Desses elementos pode-se concluir que a responsabilidade civil é derivada de uma lesão ao interesse alheio, causando um dano a este particular, sendo assim o causador do dano, seja esse dano moral ou material, que deverá se responsabilizar pelo dano causado e se for possível reparar o

dano fazendo com que as coisas retornem ao estado anterior, ou, caso não haja possibilidade de retornar ao estado anterior, compensar pecuniariamente a vítima da conduta causadora do dano. O presente estudo visa delinear os principais aspectos da responsabilidade extracontratual do estado, visando melhor elucidação do temo.



Palavras-chave: Estado. Responsabilidade Extracontratual. Direito Brasileiro.



O CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Edson Jose de Freitas

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: Este estudo tem por escopo compreender o uso do Poder Discricionário e o Abuso de Poder pela Administração Pública no âmbito do Poder Executivo. Também é objetivo entender os fundamentos dos limites impostos ao poder Judiciário no exercício do Controle da Administração Pública. É de nosso conhecimento que a administração pública externa toda sua atividade administrativa por intermédio dos chamados atos administrativos, que entre outras divisões se subdividem em dois grandes grupos, quais sejam: atos vinculados ou regrados e os atos discricionários. A edição dos atos administrativos são de competência dos agentes administrativos. Que devem observar a regra da vinculação, isto é a Administração Pública para exercer a Atividade administrativa deve editar todos os seus atos com estrita e prévia observância dos mandamentos legais. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o constituinte originário dedicou um capítulo destinado a estabelecer as diretrizes básicas a serem observadas pela Administração Pública, por meio dos administradores públicos. Entretanto, o legislador não consegue acompanhar a dinâmica da sociedade, e por consequência não consegue prever todas as situações cotidianas da atividade administrativa. Por esse motivo é conferido ao administrador público, o direito de, excepcionalmente, usar o Poder Discricionário. Embora não possa o administrador público usar o mérito administrativo, pois, a referida liberdade não comporta favoritismos pessoais, tampouco políticos. A discricionariedade deve ser usada moderadamente com a devida observância dos princípios que regem a Administração Pública. O presente estudo visará definir o modo como Administração Pública deve atuar à luz do texto Constitucional vigente, bem como apontar os novos rumos do Direito Administrativo Contemporâneo em face de uma nova prestação jurisdicional, que tem caminhado e/ou reprimir o Abuso de Poder na Administração Pública.

Palavras-chave: Administração Pública. Poder Discricionário. Controle Judicial.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Elder de Souza Cruvinel

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso traz uma análise pormenorizada sobre a inimizabilidade concernente aos menores de dezoito anos e seu impacto na sociedade contemporânea. A discussão atinente à maioridade penal no Brasil está crivada de posições divergentes, desfigurando um debate que deveria trazer soluções, ao invés de produzir restrições intermináveis. O pleito que abarca a redução da maioridade penal é maior e transcende as questões da responsabilização do menor em si, pois, como veremos, é imprescindível uma reflexão acerca do clamor social que envolve a redução da maioridade.

Além disso, verifica-se a possibilidade de alteração do texto constitucional referente à inimizabilidade por meio de emenda. Ademais, insta salientar o sistema prisional brasileiro combatido, que não tem cumprindo o seu papel de ressocialização através das penas impostas aos agentes que praticam condutas tipificadas pela normatização penal. No mesmo sentido, observa-se a negligência estatal na administração de políticas voltadas para a reeducação de menores em conflitos com a lei.

Palavras-chave: Redução da Maioridade Penal. Sistema Prisional. Medidas Socioeducativas.

EFICÁCIA DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NO CONTEXTO DA RESSOCIALIZAÇÃO E REINTEGRAÇÃO DO MENOR INFRATOR

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Marcia Regima Cembranel

Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: -----***-----

Palavras-chave: -----***-----

A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTES DA RELAÇÃO DE CONSUMO

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Letícia Marra de Melo Fonseca
Orientador(a): Luiz Augusto Costa

Resumo: Este trabalho de conclusão de curso tem como ideal e análise da indenização por danos morais decorrente da relação de consumo. Tem por objetivo primordial analisar a relevância do Código de Defesa do Consumidor tem sobre os danos morais no nosso direito à luz da legislação, doutrina e tribunais brasileiros. É imprescindível destacar que a doutrina tem proporcionando um verdadeiro debate sobre o tema, com vários argumentos e vertentes. Trata-se de um tema com bastante perspectiva social, principalmente porque certas questões pertinentes a ela vão surgindo à medida que a sociedade vai se transformando e cria novas concepções e ideais. No primeiro capítulo busca-se analisar as relações de consumo. O segundo capítulo trata de peculiaridades inerentes às ações fundamentadas no CDC. No terceiro capítulo, aborda-se a questão do danos morais nas relações de consumo. Para a realização deste trabalho monográfico utilizou-se como método o de compilação ou o bibliográfico, tendo por base contribuições de diversos autores que escreveram sobre o assunto em questão, tais como: Rizzatto Nunes, João Batista de Almeida, entre outros, por meio de consulta a livros periódicos ou pelo auxílio imprescindível da internet.

Palavras-chave: Indenização. Danos Morais. Código de Defesa do Consumidor. Relação de Consumo.



GUARDA COMPATILHADA NA LEI 13.058-14 E EXERCÍCIO POR EX CÔNJUGES EM CONFLITOS

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Carlos Eduardo Souza Carvalho
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho monográfico apresenta em seu bojo aspectos capazes de demonstrar a evolução da sociedade, seja por características de uma legislação totalmente adaptada a questões sociais atuais, seja por prevalência de igualdade de gênero entre genitor e genitora. Essa demonstração é concretizada pela aplicação da guarda compartilhada, fazendo com que os pais se responsabilizem de forma igualitária na educação dos filhos. Ainda, fazendo com que questões atinentes a educação, lazer, alimentos entre outras obrigações, saiam do campo único de decisão da genitora, passando a ser compartilhado em consenso pelas duas partes: pai e mãe. É demonstrado, ainda nesse sentido, que em decorrência do bem estar do menor, a aplicação desse instituto de guarda trará benefícios para todos os envolvidos, levando em consideração que o convívio poderá ser maior para o genitor que não estiver com a guarda física do filho, sendo que a forma de visitas ocorrerá livremente. O trabalho monográfico procura também apresentar algumas formas de se realizar pedidos ante ao Poder Judiciário, em

relação à guarda compartilhada, com o intuito de fazer validar essa demanda para que ambos os genitores cumpram suas obrigações. Ainda, buscou-se demonstrar aspectos positivos e negativos da prevalência da guarda compartilhada.

Palavras-chave: Guarda Compartilhada. Filhos. Genitores. Educação.



A PROGRESSÃO DE REGIME NO CRIMES HEDIONDOS

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): João Vicente Batista

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar e compreender o sentido técnico da progressão de regime, dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Compreender como ocorre a passagem da teoria normativa da progressão de regime para sua efetiva aplicação na atual realidade do sistema prisional brasileiro. Percebe-se, no entanto, uma enorme distância entre a teoria e prática nos objetivos da progressão de regime, especialmente quando a sua “razão maior”, que é a ressocialização do preso fundamentado no princípio da individualização da pena, cujo sentido, também, correlaciona-se ao princípio da dignidade humana, conforme o art. 5º., inciso XLVI, da Constituição.

Palavras-chave: Progressão de Regime. Individualização da Pena. Ressocialização.



A APLICAÇÃO DA VITIMOLOGIA PARA A ANÁLISE E COMPREENSÃO DOS CRIMES SEXUAIS COM FOCO NO ESTUPRO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Bruno Antonio Coutinho

Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: O trabalho apresentado a seguir foi elaborado a partir do tema “A aplicação da vitimologia para a análise e compreensão dos crimes sexuais com foco no estupro”, tendo como objetivo geral analisar o papel da vítima na ocorrência de crimes sexuais, em especial o de estupro, tendo como base os aspectos relativos a vitimologia. Os objetivos específicos do trabalho foram: Caracterizar os crimes sexuais à luz da Lei nº12.015/2009, destacando-se o de estupro; Analisar os comportamentos que podem estimular desejos e fantasias sexuais com capacidade para induzir a prática de estupro; Relacionar por meios da jurisprudência a aplicação da vitimologia no processo relativo a crimes sexuais com ênfase no estupro. Utilizou-se o método bibliográfico por meio da leitura e análise de livros, artigos científicos e da legislação pátria que contempla a temática. Em relação aos dados obtidos por meio da pesquisa



deve-se ressaltar que com o advento da Lei nº.12.015/09 o Código Penal passou a contemplar os crimes contra a liberdade sexual, e das mudanças mais consideráveis está unificação de dois tipos penais, a saber o estupro e o atentado ao pudor em um único tipo penal, prevalecendo o estupro. Correntes teóricas, ressaltam que o estudo da vitimologia e da vítima dogmática é fundamental para se compreender até que ponto a vítima influenciou para a ocorrência do crime, para que a partir desses fatos se possa deliberar uma pena mais adequada ao criminoso.

Palavras-chave: Vitimologia. Vítima dogmática. Estupro. Pena.



COTAS RACIAIS SEGUNDO O ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL (ADPF 186)

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Fernando Camilo Borges

Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello.

Resumo: O presente trabalho de conclusão de curso, busca por meio do estudo sistemático do processo que cominou na ADPG 186, proposta pelo partido do DEM, processo este tramitado no STF onde a discussão a cerca da constitucionalidade ou não da Lei de Cotas. Consequentemente trazendo para a prática da sociedade moderna a discussão antiga que envolve questões de racismo no Brasil. No plano social e político, com fortíssimas consequências no meio social e especialmente Universitário dado às transformações que envolvem as relações humanas entre a diversidade presente na construção do povo brasileiro, tão rico de cores e origens diversas. Os passos seguidos, as opiniões de doutrinadores, e o posicionamento do STF, firmando o entendimento da Lei de Cotas como fundamental para o desenvolvimento das relações humanas, principalmente no tange as relações humanas, entre brancos e negros, entre pardos e negros. As diferenças históricas é quem fundamental para a decisão e o posicionamento final do STF. Discutir ações afirmativas no meio acadêmico trouxe para toda a sociedade brasileira uma história marcada pela total afronta a realidade dos direitos humanos. Tempos diferentes más, a discussão é antiga e polêmica, provocando novas visões do mesmo mal social, a discriminação continua enraizada no seio da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Lei de Cotas. Constitucionalidade. Supremo Tribunal Federal.



NOVAS REGRAS PARA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Hayana Luara Fernandes de Pina Aires
Orientador(a): Rodrigo Antônio Calixto Mello



Resumo: Uma grande conquista para os cidadãos brasileiros ao decorrer da história foi o benefício previdenciário e assistencial que podem ser percebidos pela Seguridade Social conforme a nossa Constituição Federal. O presente trabalho monográfico busca analisar a aposentadoria por tempo de contribuição, a incidência do fator previdenciário e a nova regra da aposentadoria nomeada de “regra 85/95”, a luz da Medida Provisória Nº 676, de 17 de junho de 2015 que foi convertida em 04 de novembro de 2015 na Lei 13.183. Este trabalho é estruturado em três capítulos: O primeiro analisa a Seguridade social, a saúde, assistência social e previdência social a luz da Constituição Federal. No segundo capítulo o tema abordado é o Regime Geral da Previdência Social, foi destacado os seus princípios e quem são seus beneficiários. E no último capítulo, foi salientando as novas regras da aposentadoria por tempo de contribuição, evidenciando o fator previdenciário e a nova regra do 85/95. Diante deste fato, nota-se que será analisado os impactos positivos e negativos dessa nova regra em relação a aposentadoria por tempo de contribuição e a incidência do fator previdenciário.

Palavras-chave: Previdência. Aposentadoria Por Tempo de Contribuição. Fator Previdenciário. Regra 85/95.



VITIMOLOGIA NO ENFOQUE DA CONTRIBUIÇÃO DA VÍTIMA PARA O DELITO

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Elizaine Alves
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O presente trabalho versa sobre a participação da vítima no enfoque da contribuição da vítima para o delito. Para tanto, corrobora a transcendência da vítima que no passado era vista como sujeito passivo do crime, desde meados de 1948 estudiosos por meios de uma análise aprofundada sobre a vítima nos aspectos biológicos, sociais e psicológicos concluíram que é possível atingir a elucidação dos crimes de forma mais justa e eficaz. Para tanto, o artigo 59 do Código Penal prevê a necessidade do julgador analisar o comportamento da vítima como um dos critérios para a fixação da pena. Assim, busca-se demonstrar que essa abordagem a respeito da Vitimologia veio para transformar e definir o processo penal, podendo assim se imposta uma pena justa ao agente criminoso, mesmo diante de controvérsias doutrinárias e jurisprudências. Também o presente trabalho trata da possibilidade da reparação imposta no momento da sentença penal, ou ainda com a propositura de ação de reparação cível. Dessa forma com o estudo da Vitimologia poderá alcançar o objetivo um maior, a justiça.

Palavras-chave: Vitimologia. Vítima. Crime. Delinquente

ESTUPRO SIMPLES E ESTUPRO VULNERÁVEL

Ano: 2015

Curso: Direito

Aluno(a): Alex Faria Athaides

Orientador(a): Roldão Izael Cassimiro

Resumo: O objeto de estudo desta monografia é ressaltar a importância dos princípios penais constitucionais, que representam todo o direcionamento concernente ao Direito Penal, transpondo a este, outros princípios específicos de suma importância, que regem o ordenamento jurídico da matéria criminal. Tendo os princípios a função intrínseca de determinar as limitações do Poder Estatal no regramento do convívio social, o estudo será aplicado com enfoque à proteção dos bens jurídicos essenciais, tutelados pelo Direito Penal e a interação com a principiológica. Entretanto, observa-se que o Direito Penal encontra suas bases na Constituição Federal, razão pela qual, a sua utilização, fundamenta-se nos princípios da intervenção mínima do Estado e da fragmentariedade, aplicados no entendimento de que, só seja necessário, quando não haja outras normas capazes de solucionar os conflitos, o que importa a matéria criminal como *ultima ratio*. Deste modo, outras questões serão observadas como a inserção de princípios específicos das normas penais no regramento das condutas, mas que de modo geral, estão inter-relacionadas, tais como ofensividade, culpabilidade, presunção de inocência, proporcionalidade e limitações das penas, humanidade e proibição de penas indignas, de forma que, as sanções impostas por condutas ofensivas aos bens assegurados, não visem tão somente à punição como medida exemplar, mas também assegurar os direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Carta Magna. Ademais, serão expostos diversos posicionamentos da doutrina e vários julgados da jurisprudência, enfocando o princípio da insignificância, com os requisitos que importam sua aplicação, estabelecendo por fim, as divergências de entendimentos que incidem nos chamados crimes de bagatela, demonstrando que os entendimentos que o Estado, tem buscado à aplicação de medidas menos punitivas e mais eficientes, do que transformar um infinto número de agentes, em criminosos pelas condutas delituosas praticadas, consideradas em muitos casos ínfimas na ofensa aos bens jurídicos assegurados pelo Direito Penal, transpondo o objetivo de política criminal, com medidas que possibilitam a solução de tais conflitos.

Palavras-chave: Princípios Penais. Estupro. Estupro Vulnerável.

Ano: 2015

Curso: Direito
Aluno(a): Bruno Silva de Andrade
Orientador(a): Alexander Corrêa

Resumo: Em uma abordagem policial o indivíduo é suspeito e não considerado culpado de algum ato ilícito. Naquele momento, o policial, que tem o dever e o poder de agir, deve proceder a uma abordagem de acordo com o que preconiza o procedimento operacional padrão (POP) respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana.

Comparando os princípios da presunção de inocência e o da dignidade da pessoa humana é notório a diferença já que a presunção de inocência está contida na dignidade da pessoa humana, isso porque o último é o princípio máximo do Estado Democrático de Direito e a presunção de inocência é garantida do devido processo legal.

O trabalho em tela tem por finalidade fazer um paralelo sobre o que é de fato direito e dever do Estado em relação a Segurança Pública desempenhada pela Polícia Militar em suas abordagens, observando sempre o princípio da dignidade da pessoa humana, bem como os direitos e deveres da sociedade, mais precisamente de um indivíduo, em relação a essa obrigação do Estado

Palavras-chave: Presunção da Inocência. Dignidade da Pessoa Humana. Abordagem Policial.



LEI MARIA DA PENHA NO CONTEXTO DO HOMOAFETIVO PASSIVO: CONTROVÉRSIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDÊNCIAS

Ano: 2015
Curso: Direito
Aluno(a): Isabela de Abreu Lisboa de Almeida
Orientador(a): Zilmar Wolney Aires Filho

Resumo: O assunto abordado no presente trabalho busca esclarecer alguns aspectos da aplicabilidade da Lei Maria da Penha do Direito Brasileiro, em conformidade com a legislação brasileira, os princípios norteadores do direito e a jurisprudência e doutrina atual, visando principalmente conceituar a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha ao passivo da relação homoafetiva, considerando ainda a vedação expressa em lei para tal aplicação. Nesse ínterim, para elucidação desta aplicabilidade mister se faz compreender os pilares formadores da entidade familiar descrita em nossa Constituição, estreitando essa compreensão aos sujeitos que a compõe e a família homoafetiva. Em consequente, imperioso é destacar como os direito brasileiro tem aderido às mudanças ocorridas nas famílias brasileiras, quais medidas têm sido adotadas pelo poder Legislativo e pelo poder Judiciário em busca dessa adaptação. Por fim, após toda conceituação, realizar um arremate acerca da figura do homoafetivo passivo, princípios constitucionais frente às leis de proteção de gênero e as medidas tomadas em função deste.



Enfermagem - 2015



CONCEPÇÃO DE PROFESSORES SOBRE DROGAS NAS ESCOLAS DE ANÁPOLIS-GOIÁS

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Aline Batsita de Souza Castro; Sueli Elias da Silva

Orientador(a): Patricia Carvalho de Oliveira

Resumo: Como parte de uma pesquisa que tem por objetivo analisar a importância da temática; drogas, o presente estudo visa conhecer e descrever a concepção de 35 professores de rede pública de ensino de Anápolis sobre o fenômeno das drogas no ambiente escolar. Os dados foram coletados no período de agosto a setembro de 2014 por meio de questionários previamente estruturados com questões abertas e fechadas. Observa-se que a inserção precoce de adolescentes no mundo das drogas tem sido um fator preocupante e por meio da pesquisa notou-se uma dificuldade dos professores para abordar a temática. Em particular as mulheres demonstram maior reconhecimento de usuários de drogas e o percentual de professores que ressaltaram conhecer usuários envolvidos em crimes no contexto escolar é preocupante, fator que evidencia a situação de violência no contexto escolar e afirma a necessidade de dialogar e conscientizar tais indivíduos. Os resultados demonstram também a falta de ações preventivas no ambiente escolar, algo que pode desencadear o fenômeno das drogas com consequente violência. Concluiu-se assim, que é preciso desenvolver estratégias e métodos de prevenção nas escolas em junção com instituições de saúde

Palavras-chave: Drogas. Vulnerabilidade. Adolescentes.



ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS PSICOLÓGICAS E SEGURANÇA DO PACIENTE EM UM HOSPITAL DE ENSINO DA REGIÃO CENTRO-OESTE: A OPINIÃO DO PACIENTE

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Clerisane Pereira Soares; Fernanda de Paula, Telma dos Santos

Orientador(a): Juliana Santana de Freitas



Resumo: Este estudo objetivou avaliar o atendimento das necessidades humanas básicas psicobiológicas e segurança do paciente. Estudo de corte transversal, realizado em um hospital de ensino da região Centro-Oeste do Brasil, localizado no município de Goiânia, no Estado de Goiás. As unidades selecionadas para a realização desse estudo foram: Clínica Médica, Clínica Ortopédica e de Cirurgia Plástica e Clínica Tropical. A coleta dos dados foi realizada de 15 de novembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013, por meio de entrevistas guiadas por instrumento denominado “Roteiro de Entrevista do Cuidado de Enfermagem para Paciente Internado”. A avaliação geral dos cuidados prestados pela enfermagem permitiu identificar que, em todas as clínicas estudadas, o cuidado relacionado ao banho diário do paciente apresentou 100 % de positividade geral de 38,9%. No item segurança física apenas 35,2% dos entrevistados relataram que a enfermagem espera o paciente engolir o medicamento após sua administração. É importante que os cuidados de enfermagem sejam prestados fundamentados nas teorias das NHB, criando um eixo norteador e padronizado de atendimento. Acredita-se que esse estudo possa nortear a melhoria das atividades desenvolvidas na instituição, pelo serviço de enfermagem e ainda, estimular o monitoramento dos resultados, a fim de subsidiar o planejamento e a organização de serviços que realmente atendam as necessidades da população.

Palavras-chave: Cuidados de Enfermagem. Qualidade de Assistência à Saúde. Satisfação do Paciente. Segurança do Paciente.



O IMPACTO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Valdete Rodrigues de Sousa

Orientador(a): Dienit Veríssimo

Resumo: O estudo objetiva fazer uma abordagem aos impactos da gravidez na adolescência. Por meios de revisão de literatura. Trata-se de uma revisão literatura nas bases de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BSV); Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Bancos de Dados de Enfermagem (BDENF), no período de 2010 a 2012, com os descritores: Impactos, adolescência e gravidez precoce. Foram selecionados 33 artigos. Identificando 10 com as características definidoras. Foi possível inferir que, devido à situação de vulnerabilidade, característica da adolescência, a gravidez indesejada nessa fase da vida apresenta-se como um grave problema de saúde pública e que gera grande impacto na vida da adolescente e de sua família. Podendo gerar consequências determinantes de alterações significativas na vida dos adolescentes e da sociedade, demandando, por isso, capacitação direcionada para os profissionais de saúde da atenção primária e ações de políticas públicas específicas para o enfrentamento de tão grande problema. Os resultados deste estudo poderão ser tidos como fonte de

informações, a elaboração de estratégias para a prevenção e enfrentamento dos problemas relacionados à gravidez indesejada na adolescência e ainda à superação dos impactos destas.



Palavras-chave: Impactos, Adolescência. Gravidez Precoce.



DIFICULDADES APRESENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM FRENTE AO ATENDIMENTO DA CRIANÇA COM AUTISMO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE ANÁPOLIS-GO

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Layane Mikaelle dos Reis Silva

Orientador(a): Dienit Veríssimo

Resumo: O presente estudo tem com identificar as dificuldades encontradas pelos profissionais de enfermagem na assistência a uma criança com autismo, visto que a enfermagem atua como ponte entre usuário e acesso aos serviços. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino em Anápolis-GO e teve a participação de dez (10) indivíduos, entre eles enfermeiros e técnicos em enfermagem, com mais de dois (2) anos de experiência, que responderam há um questionário de questões fechadas sobre o tema. Os resultados foram satisfatórios, porém evidenciou-se ainda um pouco de conhecimentos de políticas públicas e capacidade de conduzir uma assistência eficaz, seja ela em qualquer ambiente hospitalar. Apesar de representar um desafio para os profissionais, deve-se buscar um conhecimento básico, para que os usuários com autismo possam ser inseridos em qualquer serviço de saúde, que seus direitos sejam atendidos e respeitados.

Palavras-chave: Autismo. Profissionais. Dificuldades.



PERFIL DOS PACIENTES PORTADORES DE HANSENÍASE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ANÁPOLIS-GO

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Marina Ferreira Araújo Silva; Matilde dos Santos Alves

Orientador(a): Dinit Veríssimo; Cristiane Ferreira Santana

Resumo: Hanseníase é uma doença infecciosa, crônica, e de grande importância para saúde pública devido à sua magnitude e seu alto poder incapacitantes. É causada pelo Mycobacterium lepra e, classificada em Paucibacilar (PB) e Multibacilar (MB). O objetivo é avaliar os pacientes portadores de hanseníase que receberam alta medicamentosa e os pacientes



em tratamento em uma unidade de saúde do município de Anápolis no período de 2011 a 2013. Estudo de corte transversal para determinar a prevalência da hanseníase em unidade de saúde do Município de Anápolis. 242 pacientes portadores de hanseníase avaliados, 176 (72,7%) tiveram apresentação Multibacilar e 66 (27,3%) Paucibacilar. A prevalência da doença é elevada em nosso meio. A idade, apresentação multibacilar e escolaridade são observadas prevalentes na população diagnosticada.

Palavras-chave: Hanseníase. Prevalência e Classificação.



OS DESAFIOS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Juliana Vieira da Silva

Orientador(a): Dienit Veríssimo

Resumo: Este estudo teve como objetivo conhecer publicações da literatura existente com abordagem aos Desafios da Gravidez na Adolescência, numa revisão integrativa da literatura. Trata-se de um estudo quantitativo realizado em forma de uma revisão científica nacional relativa à gravidez na adolescência, e enfermagem a partir dos quais foram encontrados 32 artigos com abordagem específica, destes foram selecionados 10 artigos entre 2009 a 2014. os estudos mostraram os desafios da problemática da gravidez na vida das adolescentes, gerando assim consequências como interrupção dos estudos, tendo como alternativa inserção precoce no mercado de e trabalho, que a gravidez precoce pode favorecer o aumento de ocorrências obstétricas e/ou neonatais, tais como: morte materna, índices de prematuridade, mortalidade neonatal e baixo peso de recém-nascidos. Conclui-se que a gravidez na adolescência é um fenômeno complexo, no qual, deve haver a interação da família, escola, governo e profissionais de enfermagem a fim de proporcionar subsídios para que elas possam exercer a maternidade com responsabilidade.

Palavras-chave: Desafios. Gravidez na Adolescência. Enfermagem.



VULNERABILIDADE À SEXUALIDADE ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES EM ANÁPOLIS-GOÍÁS

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Danilo Inácio Pereira; Jéssica Sara Santos

Orientador(a): Patrícia Carvalho Oliveira



Resumo: Objetivou-se identificar as principais vulnerabilidades à sexualidade entre adolescente da rede básica de ensino de Anápolis, Goiás. Estudo de corte transversal realizado com escolares da Rede Básica de Ensino de Anápolis Goiás no ano de 2014, com 104 adolescentes. Foi utilizado um instrumento de coleta de dados do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (CEBRID), adaptado aos objetivos propostos. Os resultados obtidos foram analisados pelo programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 13.0. As principais vulnerabilidades sociais foram o baixo nível socioeconômico e ainda por fazerem parte de famílias uni parentais. O sexo feminino apresentou maior vulnerabilidade, pois relataram em maior frequência ocasiões de sexo desprotegido, quando na primeira e na relações dos últimos trinta dias. Já o sexo masculino apresentou-se vulnerável ao ter relacionamentos instáveis e não fazerem menos uso de contraceptivos na primeira relação sexual. Os dados da presente pesquisa subsidiam gestores, profissionais na reformulação de políticas públicas e na implementação, com vistas a redução das vulnerabilidades.

Palavras-chave: Adolescência. Saúde Sexual e Reprodutiva. Vulnerabilidade. Comportamento Sexual.



ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO ALEITAMENTO MATERNO EM ALOJAMENTO CONJUNTO

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Angélica Tatiele de Deus; Maysa Santana Magalhães

Orientador(a): Dienit Veríssimo

Resumo: O objetivo desse trabalho foi descrever os cuidados e a assistência da equipe de enfermagem frente aos problemas evidenciados pelas puerpéreas no período da amamentação durante a hospitalização. Ao final dessa pesquisa concluímos que a equipe de enfermagem possui um amplo papel na educação das nutrizes no requisitos amamentação. Pois a sua assistência é feita através de palestras onde são ensinadas como é amamentar seus bebês, pois várias mães demonstram inseguranças, dificuldades na hora do processo amamentar. Esse trabalho foi desenvolvido com 11 pessoas da equipe de enfermagem, em uma maternidade da cidade de Anápolis. É um estudo de caráter qualitativo, com base em pesquisa de campo, através de questionários socioeconômicos e perguntas abertas sobre o tema discutido neste trabalho, e matérias já publicado como: livros, revistas e jornais. O intuito desse trabalho foi demonstrar de forma ampla e fidedigna a assistência da equipe de enfermagem, durante o aleitamento materno, no período de hospitalização em alojamento conjunto.



Palavras-chave: Aleitamento Materno. Assistência de Enfermagem. Alojamento Conjunto.



A HUMANIZAÇÃO NO CUIDADO PRESTADO PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GOIÁS

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Flavia Antunes Costa; Gabriela dos Santos Oliveira

Orientador(a): Dienit Veríssimo

Resumo: Os objetivos deste estudo foram conhecer os dados sócio-demográficos que caracterizam os profissionais integrantes da pesquisa, indicar os significados concedidos aos profissionais de enfermagem em uma Unidade de Pronto Atendimento ao termo Humanização e explorá-los à visão dos princípios da Política Nacional de Humanização. Métodos: Quantitativo-descritivo com aplicação de questionários com perguntas fechadas à 12 profissionais de enfermagem. Resultados: Ponto de vista pessoal, subjetivo e éticos que evidenciam a Humanização. Conclui-se que a Humanização na Assistência foi evidenciada por todos os profissionais e que todos seguem o manual da Política Nacional de Humanização.

Palavras-chave: Humanização no Cuidado. Equipe de Enfermagem. Paciente.



ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM LESÃO CRÔNICA EM MEMBRO INFERIOR (ÚLCERA VENOSA): ESTUDO DE CASO.

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Andréia Gonçalves da Costa Beira

Orientador(a): Dienit Veríssimo

Resumo: Objetivou-se realizar estudo de caso de paciente portadora de úlcera venosa em membro inferior para entender o processo do cuidar desvelado a ela nos últimos seis meses. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa, com uma paciente 67 anos, sexo feminino, doméstica, Refere Cardiopatia e Hipertensão Arterial Sistêmica, com diagnóstico de úlcera de venosa. Realizado no Hospital do Idoso em Anápolis-Go. Foi utilizado registro fotográfico para avaliar a evolução da ferida. A paciente apresentava úlcera venosa há dois anos em membro inferior esquerdo. Após seis meses de acompanhamento, a úlcera mostrou-se cicatrizada e a paciente apresentou

melhora da dor e redução do edema em membro inferior. A enfermagem recebe educação continuada, fornece uma Atenção Integral Humanizada aos pacientes, avalia a lesão, supervisiona, executa os curativos e acompanha sua evolução.



Palavras-chave: Lesão Crônica. Assistência de Enfermagem. Úlcera Venosa.



FONTES DE INFORMAÇÕES E CONHECIMENTOS POPULARES DE ADOLESCENTES SOBRE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Elaine Cristina Lemes Betel; Sônia Alves da Costa

Orientador(a): Patrícia Carvalho de Oliveira

Resumo: Objetivou-se investigar as fontes de informações e conhecimentos populares de adolescentes sobre sexualidade em Aparecida de Goiânia-Goiás. Estudo de corte transversal, realizado com escolares da Rede Básica de Ensino de Aparecida de Goiânia entre 2013 e 2014, com adolescentes. Foi utilizado um instrumentos de coleta de dados do Centro Brasileiro de informações sobre Drogas (CEBRID), adaptado aos objetivos propostos. Os dados foram analisados pelo programa estatístico *Ststistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 13.0. Dentre 76 adolescentes (53,9%) eram feminino e (46,1%) do sexo masculino. Com relação aos modos de transmissão a média de respostas corretas foi de (49,9%) para o sexo masculino e de (46,3%) para o sexo feminino. Dentre as fontes de informações e orientação em saúde sexual e reprodutiva (48,8%) dos adolescentes do sexo feminino e (55,9%) do sexo masculino apontaram a escola como principal fonte de informação. A realização desta pesquisa permitiu constatar um déficit de conhecimento dos adolescentes sobre a temática abordada. O que os torna vulneráveis à infecção pelo HIV/AIDS e outras DST. Logo faz-se necessária uma abordagem que conglomerar os meios sociais, familiares e educacionais para que junto busquem a realizações de ações que melhor orientem os adolescentes, para que estes desfrutem de maneira saudável sua sexualidade. Espera-se com este estudo cooperar com o desenvolvimento de políticas de educação para a saúde e com programas de intervenção direcionadas a esse público.

Palavras-chave: Adolescência. Saúde Sexual e Reprodutiva. Educação Sexual. Comportamento Sexual.



A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO COMO CRITÉRIO PARA O ATENDIMENTO PELA EQUIPE DE ENFERMAGEM NA UPA/ANÁPOLIS

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Carlos Roberto; Giceli P. do Prado
Orientador(a): Dienit Verissimo



Resumo: As emergências são principais portas de entrada dos usuários no SUS, o que na maioria das vezes, resulta em superlotação, devido excessiva demanda. O objetivo principal foi analisar a classificação de risco como critério para o atendimento pela equipe de enfermagem na UPA/ Anápolis-GO. O presente estudo trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva com o objetivo de conhecer o papel do enfermeiro na implantação da classificação de risco no serviço de emergência. Foram analisados 8 enfermeiras da UPA (Unidade Pronto Atendimento) da cidade de Anápolis, por meio de um questionário de Instrumentos para Avaliação de acolhimento com classificação de risco. Os resultados indicam que a classificação de risco contribui para organização do fluxo de atendimento dos usuários, intervindo nos casos graves, evitando sequelas. Foram descritas dificuldades, como instalações físicas inadequadas, superlotação, discordância na priorização dos casos entre médicos e enfermeiros e falta de articulação da rede de atenção às urgências com a atenção primária. Destaca-se a necessidade de melhorias na estrutura física, no quantitativo de recursos humanos e implementação de políticas públicas para superar esses desafios.

Palavras-chave: Enfermagem. Avaliação de Risco. Classificação de Risco.



A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO ACERCA DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA)- ANÁPOLIS-GO

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Mayara Maria de Lima Ferreira; Nathercia de Sá

Orientador(a): Dienit Verissimo

Resumo: Este estudo buscou conhecer e identificar o conhecimento dos usuários sobre classificação de risco. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa do tipo descritiva, realizada com 20 usuários do serviço de saúde da Unidade de Pronto Atendimento 24h (UPA), do município de Anápolis - Goiás. A coleta dos dados ocorreu por meios de um questionários com perguntas objetivas e de múltipla escolha. Os usuários demonstraram conhecimento limitado sobre o funcionamento da classificação de risco e os critérios adotados para essa avaliação, e nenhum conhecimento sobre o Protocolo de Manchester e seus mecanismos. Também manifestaram insatisfação quando aos longos dos períodos de espera para o atendimento, além de expressaram a ocorrência de conflitos com os profissionais, alegando que estes não fornecem as informações necessárias para esclarecer suas dúvidas, deixando clara a necessidade da qualificação das relações interpessoais entre profissionais e usuários, e só provimento de informações.

Palavras-chave: Classificação de Risco. Usuários. Unidade de Pronto



SEXUALIDADE NA GRAVIDEZ

Ano: 2015

Curso: Enfermagem

Aluno(a): Solange Ribeiro Bispo; Soraya Fernandes da Silva

Orientador(a): Mary Alves de Lima

Resumo: A gravidez representa um momento de grandes mudanças não só para a mulher, mas para o homem também. Durante o período gestacional a mulher passa por um processo de desenvolvimento que proporciona mudanças biopsicossociais, além das alterações físicas. Na atualidade é possível notar diversas sociedades, que as informações sobre sexualidade na gestação estão cada vez mais presentes, estimulados uma maior participação da mulher no prazer sexual. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera a Sexualidade segura e prazerosa como um dos indicadores que medem a qualidade de vida de uma população. Com base neste contexto, esta pesquisa objetiva descrever a concepção e vivência das gestantes relacionadas aos exercício da sexualidade durante a período gestacional. Trata-se de uma pesquisa transversal realizada com 20 mulheres cadastradas no SISPRENATAL da Unidade de Saúde Centro de Saúde JK do município de Alexânia - GO. Para a coleta de dados, totalizou-se de um instrumento em forma de questionário contendo questões semi-abertas e fechadas. Os dados foram analisados, interpretados e apresentados na forma de narrativo-descritivas, e em tabelas e quadros. Das gestantes entrevistadas 20% têm até 12 semanas de gestação, 15% até 24 semanas e 65% até 36 semana de gestação. É necessário o entendimento e a compreensão de que durante o período gestacional a mulher passará por diversas mudanças e que precisa de amor, carinho, respeito e compreensão. Pois desta forma ela poderá ter uma vida sexual plena e normal, sem medos, inseguranças ou receios. Espera-se que este estudo possa trazer reflexões sobre o tema para os profissionais de saúde, casais e, principalmente, gestantes, para que sua sexualidade durante o período gestacional seja um momento de grande felicidade e prazer.

Palavras-chave: Sexualidade. Gravidez. Saúde da Mulher.



Farmácia - 2015



**PERFIL DO BRASILEIRO NA SEGREGAÇÃO E DESCARTE DE LIXO
DOMICILIAR MEDICAMENTOSA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Ano: 2015
Curso: Farmácia
Aluno(a): Viviane Luiza Barbosa
Orientador(a): Flávia Leal Vieira

Resumo: A aquisição de medicamentos para uso terapêutico pode ocorrer sem ou com prescrição médica. Os medicamentos não utilizados e armazenados em casa são na maioria dos casos destinados ao lixo comum domiciliar por falta de informação e esclarecimento sobre o descarte correto dos medicamentos vencidos, que geram passivo ambiental com difícil recuperação do solo e da água contaminados por estes, devido sua carga tóxica. As indústrias farmacêuticas, hospitais, clínicas distribuidores, farmácias e drogarias, são entes envolvidos na cadeia medicamentosa, que devem cumprir as leis de descarte de medicamento. No Brasil ainda não legislação específica que fala das responsabilidades de cada ente responsável na cadeia farmacêutica pelos resíduos gerados e colocados no mercado, não há leis específicas que abordam os resíduos e medicamentos vencidos em domicílio e não disponibiliza um programa de Logística Reversa como em outros países.

Palavras-chave: Fármacos Vencidos. Lixo Medicamentoso. Logística Reversa. Riscos Ambientais.



ANÁLISE DA APLICABILIDADE DA FERRAMENTA DE MEDIÇÃO DA EFICIÊNCIA GLOBAL DOS EQUIPAMENTOS (OOE) NA MELHORIA DE PROCESSOS INDUSTRIAIS: UM ESTUDO CASO

Ano: 2015
Curso: Farmácia
Aluno(a): Rayram Xavier Martins do Bonfim
Orientador(a): Carlos Eduardo Peixoto da Cunha

Resumo: A concorrência entre as empresas vem crescendo dia a dia, e a organização que pretende manter-se competitiva, busca diversas formas de controlar os seus processos. O sistema OEE “Eficiência Global dos Equipamentos” é uma metodologia que hoje está sendo muito estudada e discutida nas grandes corporações, com o intuito de minimizar ao máximo as perdas. Essa metodologia visa à eliminação de desperdícios, melhor utilização de recursos, utilizando menor tempo, com maior produtividades e com uma diversidade maior de produtos. Este trabalho tem por objetivo apresentar, através de um estudo de caso a utilização da Eficiências Global dos Equipamentos (OOE) em um equipamento de envase de formas farmacêuticas semi-sólidas de uma indústria Farmacêutica. Foi realizada uma pesquisa descritiva, as amostras foram compostas por dados coletados em tempo real durante toda a operação pelo o pesquisador, obtidos a partir do registro de informações relacionados ao tempo de operação dos equipamentos e tratados estatisticamente. Concluiu-se que a utilização do sistema de mediação OEE, é de extrema importância para o sistema de qualidade, bem como para a solução de problemas dentro uma organizacional baseando se me fatos e

dados coletados diretamente da linha de produção.



Palavras-chave: Melhorias de Processos. OEE. KAIZEN. JUST TIME.



OCORRÊNCIA DE HPV NO COLO UTERINO DE MULHERES BRASILEIRAS: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Rosilei Pereira da Silva Costa

Orientador(a): Aline Almeida Barbaresco D'Alessandro

Resumo: O *Papilomavírus humano* (HPV) é compreendido como um vasto grupo de vírus sexualmente transmissíveis causadores de infecções que levam a lesões muco cutânea. Existem subtipos de HPV de baixo e alto risco oncogênicos. E o surgimento do câncer do colo uterino, na maioria dos casos, está associado à presença de infecção pelo HPV. A noplasi uterina pode ser detectada precocemente pela colposcopia, métodos de biologia molecular e também através do método papanicolaou que é o mais acessível além de baixo custo na detecção precoce do câncer do colo uterino. O tratamento nos casos do HPV, quanto aos condilomas (verrugas), é caracterizado de acordo com a idade do paciente, tipo, extensão e localização da lesão. O rastreamento organizado é a melhor estratégia para redução da incidência e da mortalidade devido ao câncer do colo uterino. As vacinas disponíveis hoje no mundo não conferem imunidade contra todos os tipos de HPV. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), aprovou a vacina quadrivalente para uso em mulheres com 9 a 26 anos e a bivalente para administração em mulheres na faixa etária de 10 a 25 anos. O esquema adotado pelo Ministério da Saúde (MS) é o estendido: 2ª dose seis meses depois da 1ª, e a 3ª dose após cinco anos da 1ª dose (0, 6, 60ª meses). O objetivo deste estudo foi identificar a ocorrência de HPV no colo uterino de mulheres brasileiras, pelo meio de uma análise bibliográfica. A metodologia foi de revisão bibliográfica, foram encontrados 50 artigos, incluindo 29 e selecionados 8. Através do presente estudo concluiu-se que há uma frequência significativa de HPV nas mulheres brasileiras, e que os exames Papanicolaou e Colposcopia são grandes importância para prevenção e detecção do HPV e do câncer do colo de útero. E que campanha de vacina contra a HPV, no Brasil é um método para a redução da frequência do HPV, no Brasil é um método para a redução da frequência do HPV, contribuindo para prevenção do câncer do colo uterino, mas, contudo não dispensa os meios, e métodos convencionais de prevenção. E que o Brasil está apresentando uma cobertura satisfatória nos índices de vacinação, pois dados mostram que os estados do Brasil atingiram, ou superaram a meta de 80% da cobertura vacinal na primeira dose da campanha, com exceção do Estado do Amazonas e Distrito Federal.

Palavras-chave: HPV. Colo Uterino. Papanicolaou. Imunização.

O USO RECREATIVO DO METILFENIDATO COMO PÍLULA DA INTELIGÊNCIA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): José Martins Neto

Orientador(a): Alessandro Freitas

Resumo: O Metilfenidato (Ritalina) é um medicamento indicado para tratar normalmente crianças com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), narcilepsia e hipersônica idiopática, no qual atuam no sistema nervoso central (SNC). Porém, está sendo utilizada por jovens universitários para tentar aumentar seu desempenho cognitivo. A droga é adquirida principalmente no mercado negro. Sérios efeitos colaterais como irritabilidade, excitação, tremores, tonturas, dor de cabeça, depressão entre outros efeitos podem ser desencadeados pelo seu uso. O uso indiscriminado do Metilfenidato na contemporaneidade se faz, em grande parte, por universitários, empresários e profissionais da área da saúde. Neste trabalho, o objetivo é informar sobre estimulante, os motivos que levam jovens a utilizá-la, e alertar sobre seus efeitos colaterais e sua real utilidade. A metodologia utilizada foi à revisão de literatura (pesquisa científica), foram utilizados artigos de diversos autores sobre o tema. Foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados como: Scielo, sites do Ministério da Saúde, além de Revistas Eletrônicas, que publicaram informações sobre o assunto, entre outras referências científicas. Isso possibilitou a compreensão do uso da ritalina, sua ação no sistema nervoso central (SNC), seus efeitos colaterais, e porque ela se tornou a “pílula da inteligência”

Palavras-chave: Desempenho Cognitivo. Drogas. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

AUDITORIAS INTERNAS COMO FERRAMENTA DE MELHORIA CONTÍNUA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Gustavo Mendes de Oliveira Almeida

Orientador(a): Patrícia Tannus

Resumo: O presente trabalho apresenta um breve levantamento bibliográfico sobre auditoria interna e também um levantamento de dados através de relatórios oficiais passíveis de apresentação ao órgão regulador. Auditoria, especificamente sobre auditoria interna e melhoria contínua. É abordado o conceito, o princípio da auditoria e os resultados de auditoria feitos em uma empresa que trabalha com insumos farmacêuticos no distrito agro industrial de Anápolis. Auditorias da qualidade são ferramentas que o sistema de gestão pode utilizar para verificar a eficácia do seu sistema de gestão de qualidade.

Pode ser realizada por qualquer pessoa da própria organização contanto que não seja a mesma área/setor auditada e que tal pessoa seja treinada e com qualificação adequada.



Palavras-chave: Auditoria. Auditoria Interna. Melhoria Contínua.



PREVALÊNCIA DA AUTOMEDICAÇÃO DOS AINE'S EM DROGARIA NA CIDADE DE ANÁPOLIS-GO

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): José Ricardo Sarjes Mendes

Orientador(a): Aldelsom Bezerra de Souza

Resumo: Os antiinflamatórios não esteróides (AINES'S) normalmente são utilizados nos tratamentos pós-operatórios, artrite reumatóide e dores no músculo esquelético, e outras utilizações. Seu principal efeito estão relacionados à inibição da enzima antipirética. Em geral, os efeitos estão relacionados à inibição da enzima ciclooxigenase, catalisadora da transformação de ácido araquidônico em diversos mediadores lipídicos, chamados por prostaglandinas e tromboxanos, essas substâncias possuem, essas substâncias possuem importante função homeostática na proteção da mucosa gástrica, fisiologia renal, gestação e agregação plaquetária, além de terem sua produção induzida em condições como inflamação e câncer, alguns estudos acerca dos AINEs com seletividade para ciclooxigenase-2 evidenciaram maior risco de eventos adversos cardiovasculares como infarto agudo do miocárdio, acidente vascular cerebral, hipertensão e insuficiência cardíaca. Por consequência se utilizado sem qualquer orientação pode mostrar-se letal por decorrência da não oficialização da utilização. Neste trabalho. Objetivo é informar sobre a prevalência da automedicação dos AINE'S em drogarias na cidade de Anápolis. A metodologia Quantitativa e Qualitativa utilizada foi à revisão de literatura (pesquisa científica), foram utilizados artigos de diversos autores sobre o tema, em bases de dados como: Scielo, sites do Ministério da Saúde, além de Revistas Eletrônicas, que publicaram informações sobre o assunto, entre outras referências científicas.

Palavras-chave: Antiinflamatórios. Automedicação. AINE's.



ESTUDO DO USO INDISCRIMINADO DE PÍLULAS DO DIA SEGUINTE POR MULHERES

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Claudiane Pereira Gomes

Orientador(a): Alessandro Freitas



Resumo: Entre os métodos contraceptivos, o uso da pílula do dia seguinte é um dos que podem trazer danos aos usuário. Essa pílula introduz no organismo uma forte dosagem de hormônios, para a qual o corpo feminino não está esperando. Com isso, diversos transtornos são desencadeados de forma de efeitos colaterais. A pílula existe para situações de emergência, como quando ocorre um estupro ou no caso da impossibilidade de usar outro método. No entanto, por ser prática e fácil de usar, muitas mulheres na atualidade estão se descuidando em relação aos métodos preventivos e usando a pílula do dia seguinte de forma rotineira. Um fator que preocupa as autoridades de saúde é a substituição de métodos seguros, como o uso de preservativo, por esse método paliativo. Isso agrava ainda mais o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, a AIDS. Este trabalho vem propor uma ampla discussão em torno da temática, considerando que o medicamento causar danos severos aos organismo, principalmente se usado de forma regular.

Palavras-chave: Anticoncepcionais. Medicamentos. Métodos contraceptivos. Saúde Pública.



O MAL DE CHAGAS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Wesley Carlos de Godoy

Orientador(a): Alessandro Freitas

Resumo: Carlos Ribeiro Justiano das Chagas foi o responsável pela descoberta da doença de Chagas, isto em 1909. A doença caracteriza-se por uma infecção sistêmica de evolução especialmente crônica, originada pelo protozoário flagelado *Trypanosoma cruzi*. A transmissão da doença de Chagas por via vetorial é sem dúvidas o mais importantes meio de propagação. Porém, em vários países da América Latina a principal via de transmissão da infecção da doença de chagas em áreas de perímetro urbano é atualmente a via por transfusão sanguínea. Neste contexto o presente trabalho tem a intenção de colaborar com o conhecimento científico proporcionando através da revisão bibliográfica uma visão ampla sobre o mau de chagas abordando os elementos que constituem os fatores de concepção da doenças meios de contaminação e os meios de tratamento médico para que possamos buscar mecanismo de prevenção da doença e de devido tratamento quando acometido.

Palavras-chave: Transmissão. Doença de Chagas. Trypanosoma Cruzi.



ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA MALÁRIA NOS ESTADOS BRASILEIROS

Ano: 2015

Curso: Farmácia
Aluno(a): Divina de Moraes Ferreira
Orientador(a): Aline Almeida Babaresco D'Alessandro

Resumo: Em meios às doenças transmissíveis, a malária é hoje o principal problema brasileiro e conforme levantamento feitos neste estudo, observou-se que nos últimos anos vem sendo muito alta a velocidade de crescimento de sua taxa de incidência, acompanhando, aliás, uma tendência internacional. Contudo, há poucos anos sonhava-se em erradicá-la, tão promissoras pareciam às ações de saúde pública então empregadas. A malária com seu alcance epidemiológico e pela possibilidade de desenvolvimento de quadros graves, e quase sempre devidos ao *Plasmodium*, se faz necessário o conhecimento adequado de suas manifestações clínicas e da terapêutica, para a otimização da conduta. O objetivo deste estudo foi analisar estudos bibliográficos enfocando a malária. Para sua realização foram utilizados artigos científicos publicados entre 2000 a 2015 compatíveis com a temática do estudo. Dos treze artigos revisados no presente estudo todos tiveram em seus estudos infecções estabelecidas causadas por *P. falciparum* e *P. vivax*. O farmacêutico pesquisador precisa estar inserido nas equipes de estudo, com isto, o contexto da possibilidade de desenvolver vacinas antimaláricas, que com certeza será uma alternativa mais promissora.

Palavras-chave: Malária. Brasil. Plasmodium.



ANÁLISE DO PERFIL DE DISSOLUÇÃO COMPARATIVO DE LORATADINA COMPRIMIDOS

Ano: 2015
Curso: Farmácia
Aluno(a): Luis Gustavo Leiria Pereira
Orientador(a): Jefferson L.F. Silva

Resumo: O presente trabalho de conclusão objetivou analisar o perfil de dissolução comparativa do fármaco Loratadina comprimido e objetivou especificadamente descrever os resultados obtidos no teste de perfil de dissolução, verificar a equivalência in vitro de medicamentos genéricos e quantificar a dissolução do princípio ativo da Loratadina 10mg. A metodologia foi extraída da Farmacopéia Brasileira. A loratadina 10mg é um fármaco de classe II, ou seja, apresenta uma alta permeabilidade e uma baixa solubilidade mas as amostras analisadas tanto do medicamento comparador como os 2 lotes genéricos de cada um dos 3 laboratórios analisados apresentam uma liberação alta do ativo nos primeiros 5 minutos de coleta apresentando uma alta solubilidade. Nas análises realizadas dos 2 lotes de genéricos dos 3 Laboratórios observou-se características similares entre as amostras.

Palavras-chave: Perfil de Dissolução. Loratadina. Ativo.

IMPORTÂNCIA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA AO IDOSO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Alex Oliveira

Orientador(a): Alessandro Freitas

Resumo: A assistência farmacêutica pode ser entendida como uma prática centrada no paciente e que requer trabalho conjunto entre farmacêutico, paciente e demais profissionais de saúde. A assistência farmacêutica surge neste contexto como uma alternativa, coadjuvante ao tratamento médico, visando assegurar ao paciente idoso a segurança no uso de medicamentos e o restabelecimento da saúde. A qualidade de vida do idoso é bastante influenciada por sua capacidade de manter a saúde emocional e física. Velhice não significa estar doente, mas, com o avanço da idade, a capacidade funcional diminui e, com isso, o paciente perde sua independência e autonomia, tendo sua qualidade de vida comprometida. Devido às alterações ocasionadas pelo envelhecimento, o paciente tem mais tendência a apresentar uma evolução nas patologias e, como consequência, aumentar o consumo de medicamentos e as chances de erros de administração ou interações medicamentosas. No presente trabalho, o objetivo é mostrar a importância da assistência farmacêutica em paciente idosos, como forma de segurança no uso de medicamentos e para o restabelecimento da saúde. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura (pesquisa científica), foram utilizados artigos de diversos autores sobre o tema. Foi realizado um levantamento bibliográfico em bases de dados como: Medline e Scielo, além de Revistas Eletrônicas.

Palavras-chave: Assistência Farmacêutica. Idoso. Medicamentos.

UTILIZAÇÃO DE ALOE VERA NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA E COSMÉTICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Cassio Roberto Lemes Oliveira

Orientador(a): Letícia Ferrari Lemos Barros

Resumo: O uso da *Aloe vera* no cuidado à saúde ou como cosméticos remonta à antiguidade. Essa constatação por lado valida a eficácia dos fitoterápicos, mas por outro coloca em risco à saúde de pessoas quando há seu uso de forma indiscriminada, principalmente de produtos sem o devido registro na ANVISA. Diante disso, a revisão bibliográfica pretende avaliar os benefícios e riscos à saúde do uso da planta *Aloe vera* em produtos farmacêuticos e em cosméticos, trazendo uma abordagem sobre registro e comercialização dos



fitoterápicos e relacionar os constituintes químicos com suas propriedades farmacológicas. O Brasil começou a reconhecer a validade dos fitoterápicos como práticas integrativas e complementares a serem usadas no tratamento de saúde na rede pública do SUS, a partir da Portaria 971/2006. Por outro lado, há rigoroso processo a ser seguido para a autorização do uso desses produtos como medicamentos fitoterápicos e os cuidados necessários ao uso deste medicamento no tratamento de doenças.

Palavras-chave: Fitoterápicos. Barbosa. Aloe Vera.



POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA EM AMBIENTE HOSPITALAR

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Geni Mendes Ribeiro Mota

Orientador(a): Paulo Edson Fernandes

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo descrever sobre os benefícios gerados pela prática da Atenção Farmacêutica em ambientes hospitalares. A Atenção Farmacêutica envolve as atividades do Farmacêutico em ambientes hospitalares no Brasil, está mais voltada para o ciclo de Assistência Farmacêutica, ou seja, seleção, programação, aquisição e dispensação do medicamento. Porém, além da Assistência Farmacêutica a Atenção farmacêutica também deve ser praticada, porque através desta além da melhor adesão do tratamento medicamentoso pelo paciente, também há ganhos econômicos significativos por parte das instituições hospitalares. Assim, o levantamento de estudos que comprovem os benefícios gerados pela Atenção Farmacêutica se faz necessário, para a reunião de provas do sucesso da implantação da Atenção Farmacêutica em hospitais.

Palavras-chave: Atenção Farmacêutica. Farmácia Clínica. Farmácia Hospitalar



USO INDICRIMINADO DO EXTRATO DE GINKGO BILOBA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Thiago de Paiva Nunes

Orientador(a): Letícia Ferrari Lemos Barros

Resumo: O uso do extrato de Ginkgo biloba é largamente utilizada pela população no tratamento das disfunções relacionadas ao envelhecimento, em particular para a melhora da memória e as funções cognitivas. Esta revisão bibliográfica teve como objetivo avaliar o uso indiscriminado do extrato de



Ginkgo biloba pela população, como é sua dispensação em estabelecimentos farmacêuticos, assim como verificar as legislações referentes aos fitoterápicos. Muitos dos seus efeitos terapêuticos são justificados pela ação combinada dos diferentes princípios ativos presentes no extrato, da classe de glicosídeos de flavonóides e lactonas terpênicas, no qual promovem o incremento do suprimento sanguíneo cerebral pela vasodilatação e redução da viscosidade do sangue, além de reduzir a densidade de radicais livres de oxigênio nos tecidos nervosos. Em virtude dos seus efeitos terapêuticos, do seu fácil acesso e do baixo controle sanitário, o seu uso se torna indiscriminado pela população assim como de muitos fitoterápicos. Neste sentido algumas políticas públicas têm sido criadas e vem sendo implementada na tentativa de barrar automedicação que muitas vezes leva a saúde do cidadão e grandes prejuízos.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Fitoterápicos. Ginkgo Biloba.



ANÁLISE DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS EM AMBIENTES HOSPITALARES BRASILEIROS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Mônica Barbosa Pereira

Orientador(a): Aline Almeida Basbaresco D'Alessandro

Resumo: A infecção hospitalar é uma síndrome infecciosa (infecção) que o indivíduo adquire após a sua hospitalização ou realização de procedimentos ambulatorial. A manifestação da infecção hospitalar pode ocorrer após a alta, desde que esteja relacionada com algum procedimento realizado durante a internação. Somente um profissional treinado (médico ou enfermeiro com qualificação especial em Infecção Hospitalar) pode relacionar sinais e sintomas de infecção com procedimentos realizados em unidades de saúde e realizar o diagnóstico de infecção hospitalar. O objetivo deste estudo foi realizar um estudo bibliográfico sobre a análise da presença de micro-organismo em ambientes hospitalares brasileiros. Dos oito artigos revisados no presente estudo, somente três autores foram agrupados conforme o tipo do micro-organismo que são: *Staphylococcus aureus* presente. O restante demonstrou a presença de Doenças Infecciosas e parasitárias, como: *Esporos bacterianos*, *infecção fúngica*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Escherichia coli*, *Fungos anemófilos*, *Staphylococcus epidermis*, *Moniliaceae*, *Dematiaceae*, *Klebsiella pneumonia*, *Aspergillus*, *legionella*, *acinetobacter*, *clastridium*, *nocardia*, *Mycobacterium tuberculosis*. Dentro de todo estudo, fica claro que os referidos dados é que apesar da existência de ampla e vigorosa legislação e o poder fiscalizador do Estado, muitos hospitais mantêm CCIH com a mera finalidade de cumprimento legal. Essas CCIH não dispõem de profissional médico especializado e com dedicação exclusiva na atividade de controle de infecção, portanto, como gerenciador de qualidade e custos.

Palavras-chave: Infecção Hospitalar. Microorganismo. Brasil.

PREVALÊNCIAS DA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM PACIENTES ATENDIDOS NO LABORATÓRIO DA SANTA CASA DE ANÁPOLIS-GO

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Patricia Dantas da Silva

Orientador(a): Adelsom Bezerra de Souza

Resumo: A infecção do trato urinário (ITU) é um das causas mais comuns de infecção na população em geral. Tendo predomínio no sexo feminino, mas também ocorre em pacientes do sexo masculino. A ITU pode ser classificada quanto à localização, em ITU baixa (cistite) e ITU alta (pielonefrite) e quanto à presença de fatores complicadores em ITU não complicada e ITU complicada. A ITU complicada quando estão presentes alterações estruturais ou funcionais do trato urinário ou quando se amplia em ambiente hospitalar. Na ITU não complicada a *Escherichia coli* é a bactéria responsável pela maioria das infecções enquanto nas ITU's complicados o espectro de bactérias envolvido é bem mais amplo contendo bactérias Gram positivas e Gram negativas. Este trabalho teve como objetivo pesquisar de caráter quantitativo, relacionada à incidência bacteriana com relação ao sexo e idade; descritiva e exploratória com intuito de saber qual são os grupos bacterianos mais frequentes na população estudada, em um laboratório de análises clínicas da cidade de Anápolis- GO, no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014 a população pesquisada foi pacientes submetidos a exames de urocultura e os grupos de pacientes que apresentaram bacteriúria moderada e/ou acentuada com um número acima de 100.000mm³ de material analisado, caracterizando uma possível ITU. Os resultados obtidos foram no total de 1.162 exames positivos para ITU, sendo 992 mulheres; 173 homens, e 67 crianças.

Palavras-chave: Bacteriúria. Infecção Urinária. Urocultura.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS E A NACIONAL REFERENTE AOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTUDOS DE BIOISENÇÃO

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Stéfany Anastacio da Silva

Orientador(a): Jefferson L.F. Silva

Resumo: O objetivo desta revisão bibliográfica foi avaliar os critérios da bioisenção preconizados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e compará-los aos critérios adotados pelos órgãos internacionais, abordando suas principais semelhanças e diferenças. Como os estudos de bioisenção substituem os estudos de bioequivalência/biodisponibilidade

relativa, os critérios de aceitação devem ser bem estabelecidos e coerentes com os critérios internacionais, dado que medicamentos registrados a partir de tais estudos são utilizados pela maioria da população brasileira. As legislações internacionais de bioisenção utilizadas para este estudo foram as regulamentações dos Estados Unidos, através do guia emitido pelo Food and Drugs Administartions; do Canadá, através do Health Products and Food Branch Canadá, da União Europeia, através do guia emitido pela European Medicines Agency e pelas ideias propostas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Critérios de solubilidade e rápida dissolução dos medicamentos estão em harmonia em todas as legislações e guias estudados. A legislação brasileira não permite a pesquisa da permeabilidade para bioisenção; a ANVISA pré-determina os fármacos candidatos à bioisenção. As demais legislações possuem rigorosos estudos para determinação da permeabilidade e sua classificação como baixa, moderada ou alta. Verificou-se também diferenças entre as classes biofarmacêuticas permitidas em estudos de bioisenção e diferenças entre os parâmetros utilizados nos perfis de dissolução.

Palavras-chave: Bioisenção. Permeabilidade. Solubilidade. Perfil de Dissolução. Classificação Biofarmacêutica.



ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA CURVA ABC NA GESTÃO DE ESTOQUE DE FARMÁCIAS HOSPITALARES

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Thiago Morais da Silva

Orientador(a): Paulo Edson Fernandes

Resumo: A expectativa de vida da população brasileira vem crescendo progressivamente e os recursos financeiros destinados aos setor de saúde, frequentemente, menores que às necessidades demandadas, tornam-se insuficientes com o aumento da sobrevida da população, obrigado às instituições hospitalares a mudar significativamente seus modelos de gestão com o objetivo de torná-las mais eficiente. A farmácia hospitalar e o setor que representa o componente funcional dessa organização tem uma papel importante na estrutura hospitalar, sendo responsável por suprir à demanda e necessidades dos pacientes hospitalizados de tal modo que sua administração e extremamente necessária, pois não se sabe o perfil da doença do paciente que será medicado nem a quantidade de medicamentos que será necessário, sendo assim o processo logístico e complexo, e racionalizar custos com medicamentos implica seguir normalizações técnicas. Este trabalho trata-se de revisão de literatura, onde foram realizadas pesquisas, leituras e levantamento de conceitos sobre gestão de estoque, e foi analisado a utilização da curva ABC, que e uma ferramentas empregada em múltiplas áreas e que atualmente vem sendo utilizada na gestão das farmácias hospitalares, essa ferramenta visa classificar os produtos em grupos A, B e C com características semelhantes, em função de seus valores e consumos, permitindo identificar itens prioritários quanto a ações de atenção, controle ou

redução de custos, pois planejar e controlar custos é necessário para a sobrevivência das instituições hospitalares, pois os recursos financeiros destinados a esse setor são limitados e se mal administrados podem causar grandes prejuízos a instituição e aos pacientes atendidos por ela.

Palavras-chave: Farmácia Hospitalar. Estoque de Medicamentos. Saúde Pública. Armazenamento.



INTERCAMBILIDADE ENTRE O MEDICAMENTO DE REFERÊNCIA E O MEDICAMENTO GENÉRICO-CONCEITOS E VISÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS

Ano: 2015

Curso: Farmácia

Aluno(a): Ronalldy Marques Ferreira

Orientador(a): Patrícia Tannus

Resumo: A consolidação da Política Nacional de Medicamentos Genéricos mostrou-se como um passo que teve o objetivo de melhoria na qualidade de vida da população brasileira como um todo, facilitando o acesso ao medicamento para diversos tratamentos frente às diversas patologias existentes. Mesmo com todos estudos e controles existentes sobre a produção de medicamentos genéricos com o objetivo de garantir sua qualidade terapêutica e segurança clínica, ainda sim é notória a resistência que ainda perdura em relação à intercambiabilidade entre medicamentos das diferentes classes (genéricos, similares e referências).

O presente trabalho teve como objetivo a análise da atual situação da política de genéricos na cidade de Anápolis-GO, avaliando o uso, a aceitação e o conhecimento sobre estes medicamentos pela população geral, traçando um perfil panorâmico da política de genéricos na cidade. Neste objetivo, foi utilizado um questionário específico para levantamento de dados. Os resultados revelaram que 93% da população já ouviu falar em medicamentos denominados “genéricos”, sendo que 79% julgaram saber definir seu conceito. Entre entrevistas, 71% já fizeram uso de genéricos e 52% observaram uma ação desejada do medicamento. Os resultados mostraram ainda uma insegurança quando à substituição (intercambiabilidade) do medicamento de marca pelo genérico quando sugerido pelo farmacêutico, pois somente 38% da população deposita confiança e credibilidade neste profissional na substituição. Além disso, apenas 23% dos entrevistados relataram possuir medicamentos genéricos prescritos por seus médicos.

Frente aos resultados coletados, podemos, então concluir que, apesar de um elevado índice de conhecimento sobre medicamentos genéricos, ainda sim são necessárias ações para uma sólida efetivação da política dos genéricos no País, com delineamento de melhores conceitos entre os pacientes, mas, principalmente entre os profissionais de saúde, para que por fim seja possível consolidar a política de genérico e proporcionar os benefícios econômicos e terapêuticos que o mesmo se propôs desde sua criação.

Palavras-chave: Medicamento Genérico. Política de Medicamentos.

